

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – RELAÇÕES PÚBLICAS**

**LUCAS BRUM CORRÊA**

**CULTURA DE QUEM?**

**Uma análise da regulação da cultura na sociedade contemporânea**

Santa Maria, RS, Brasil

2015

**LUCAS BRUM CORRÊA**

**CULTURA DE QUEM? – Uma análise da regulação da cultura na  
sociedade contemporânea**

Monografia apresentada à Comissão de Trabalho de  
Conclusão de Curso, do Departamento de Ciências da  
Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria  
como requisito para obtenção do Grau de Bacharel em  
Comunicação Social – Relações Públicas

Orientador: Prof. Dr. Flavi Ferreira Lisboa Filho

Co-orientadora: Mestranda Lauren Steffen

Santa Maria, RS, Brasil

2015

**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO  
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: RELAÇÕES PÚBLICAS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Graduação

**CULTURA DE QUEM? UMA ANÁLISE DA REGULAÇÃO DA CULTURA NA  
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

elaborada por

**Lucas Brum Corrêa**

**Como requisito parcial para a obtenção do grau de  
Bacharel em Relações Públicas**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Prof. Dr. Flavi Ferreira Lisbôa Filho - Presidente/Orientador**

---

**Prof. Dra. Rosane Rosa (1º membro da banca/UFSM)**

---

**Mariana Henriques (2º membro da banca/POSCOM/UFSM)**

Santa Maria, 16 de dezembro de 2015.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu pai, Sérgio, e à minha mãe, Cíntia, pela educação e amor recebidos.

Agradeço à minha namorada, Marina, por me desafiar a buscar objetivos difíceis e pelo companheirismo.

Agradeço a todos os professores que participaram de minha formação acadêmica, pelo conhecimento que transmitiram.

E também, agradeço a todos os familiares e amigos que de alguma forma me passaram energias positivas em diversos momentos.

Muito Obrigado.

## **RESUMO**

Monografia de Graduação  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Curso de Comunicação Social: Relações Públicas  
Universidade Federal de Santa Maria

### **Cultura de Quem? Uma análise da Regulação da Cultura na sociedade contemporânea**

AUTORIA: Lucas Brum Corrêa  
ORIENTADOR: Prof. Dr. Flavi Ferreira Lisbôa Filho  
CO-ORIENTADORA: Lauren Steffen

Data e local de defesa: Santa Maria, 16 de dezembro de 2015.

Esta monografia tem como intuito compreender de que forma ocorrem os processos de regulação da cultura na sociedade contemporânea. A regulação da cultura diz respeito ao modo como as práticas sociais de uma população são moldadas e reguladas através do âmbito cultural. Trabalhou-se principalmente com autores dos Estudos Culturais, um movimento social, político e intelectual, preocupado em investigar a forma com que a cultura é explorada como ferramenta de controle e dominação na sociedade. A metodologia utilizada foi à análise cultural, a partir do desenvolvimento de um modelo analítico autoral que identifica os principais agentes da regulação cultural na sociedade contemporânea. Após apontar “Estado”, “Mídias”, “Capital” e “Ideologias” como categorias de análise, foi possível examinar criticamente a maneira como se estabelecem diversos processos comunicacionais e suas consequências aplicadas ao contexto atual da sociedade brasileira.

**Palavras-Chave:** Estudos Culturais; Regulação Cultural; Capitalismo; Ideologia; Mídias.

## **ABSTRACT**

Monograph Undergraduate  
Centre for Social Sciences and Humanities  
College of Mass Communication: Public Relations  
Federal University of Santa Maria

### **Who's culture? An analysis of the regulation of Culture in contemporary society**

AUTHOR: Lucas Brum Corrêa  
SUPERVISOR: Prof. Dr. Flavi Ferreira Lisboa Filho

Date and place of defense: Santa Maria, 16, December 2015.

This monograph has the intention to understand how the cultural regulation processes in contemporary society occur. We will work mainly with authors of Cultural Studies, a social, political and intellectual movement, extremely concerned about investigate the way in which culture is exploited as a tool of control and domination in society. The methodology used was the cultural analysis, applied to the current context of Brazilian society, from the development of a copyright analytical model that identifies the main agents of cultural regulation in contemporary society. It was possible to critically examine how different communication processes are established and its effects.

**Keywords:** Cultural Studies; Cultural Regulation; Capitalism; Media; Ideology.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> O modelo de Lasswell.....	p.34
<b>Figura 2:</b> O modelo de Osgood e Shramm.....	p.36
<b>Figura 3:</b> Circuito da Cultura, segundo du Gay et al (1997).....	p.37
<b>Figura 4:</b> Ciclo de Regulação da Cultura.....	p.38

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>p.10</b>
<b>1. Os Estudos Culturais e a sociedade contemporânea.....</b>	<b>p.15</b>
1.1. Estudos Culturais: política transformadora e as relações de classe.....	p.15
1.2. Ideologia, Hegemonia e dominação.....	p.20
1.3. A cultura global na sociedade capitalista: o poder e a resistência.....	p.24
1.4. Indústria Cultural e Cultura de Massa: prévia do desenvolvimento de um protocolo analítico.....	p.26
<b>2. Metodologia.....</b>	<b>p.32</b>
2.1. Análise Cultural.....	p.33
2.2. Ciclo de Regulação da Cultura.....	p.34
2.3. Categorias do Ciclo.....	p.38
2.3.1. Estado.....	p.39
2.3.2. Mídias.....	p.41
2.3.3. Capital.....	p.43
2.3.4. Ideologia.....	p.44
<b>3. Análise Cultural Midiática da Regulação da Cultura.....</b>	<b>p.47</b>
3.1. Do Estado: o papel do Estado no contexto cultural brasileiro.....	p.47
3.2. Das Mídias: o monopólio midiático.....	p.51
3.3. Do Capital: o “livre” mercado cultural contemporâneo.....	p.56
3.4. Da Ideologia: o “bem” e o “mal” - ódio e preconceito.....	p.61
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>p.67</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>p.70</b>





## INTRODUÇÃO

Os Estudos Culturais são uma corrente intelectual composta por autores preocupados com que os processos culturais ocorram de maneira democrática e justa em todas as esferas da sociedade, considerando-se todos os contextos sociais que a compõem. Esta perspectiva será a principal base teórica deste trabalho, o que exige uma compreensão abrangente do conceito do termo “cultura”, que supere a ideia simplista e cotidiana de que a palavra está ligada apenas aos costumes e às tradições de um povo. Segundo Hall (1997), toda ação social é “cultural”, e as práticas sociais expressam um significado. Quando aceitamos que toda ação social é uma ação cultural, concordamos também que a cultura está presente em qualquer atividade que realizamos, desde os mais simples atos até os mais complexos.

Sendo assim, em todos os momentos, produz-se cultura e sofre-se a influência da mesma. Como a cultura nos acompanha permanentemente, é essencial refletir a respeito da maneira como esses processos ocorrem, de que forma a cultura é disseminada para as populações e quais consequências esses sistemas provocam em nossas vidas. Hall (1997, p.18) afirma que:

Se a cultura, de fato, regula nossas práticas sociais a cada passo, então, aqueles que precisam ou desejam influenciar o que ocorre no mundo ou o modo como as coisas são feitas necessitarão — a grosso modo — de alguma forma ter a “cultura” em suas mãos, para moldá-la e regulá-la de algum modo ou em certo grau.

É neste momento que a discussão atinge o objeto de análise primordial deste trabalho: a regulação da cultura. O trabalho trata do tema da regulação da cultura na sociedade contemporânea. Segundo Hall (1997), é plausível afirmar que a cultura pode ser moldada e regulada por diferentes fatores e interesses. Constatando-se que os hábitos culturais de uma sociedade estão sujeitos à influência de uma série de desejos de indivíduos situados em

posições de poder, e não havendo qualquer garantia de que essas intenções estejam isentas de ganância e egoísmo, é recomendável que reflitamos sobre alguns pontos: como é possível garantir que o acesso aos bens culturais se dê de maneira democrática e igualitária, sem que uma cultura hegemônica e pré-determinada seja imposta, oprimindo e manipulando minorias e ideologias alternativas em todas as esferas e práticas sociais? E ainda: como as minorias podem estabelecer espaços de resistência dentro do sistema, negociando com a cultura hegemônica e lutando pelo seu espaço?

A partir da perspectiva dos Estudos Culturais, o trabalho pretende solucionar a seguinte problemática: como se dá a regulação da cultura na sociedade contemporânea?

A princípio, deu-se a busca pela definição de um objeto que incluísse de maneira efetiva as inquietações que pretendemos sanar através do trabalho. Ao consultar as bases de pesquisa e apurar outros trabalhos no estado da arte e, principalmente, após alguns debates e conselhos recebidos nas orientações do trabalho, a ideia de realizar uma crítica social através do conhecimento disponibilizado pelos Estudos Culturais encontrou na regulação da cultura um objeto suficientemente abrangente para suportar tal tarefa.

O trabalho se justifica pela relevância social de sua discussão, que possibilita reflexões para muito além do meio acadêmico, e também devido a um interesse pessoal pelo tema, ao observar a necessidade em aprofundar as pesquisas sobre a regulação da cultura. A emergência em preencher lacunas e estancar feridas que estão abertas em todas as esferas da sociedade contemporânea, promovendo mudanças significativas na mesma, também demonstra a importância de investigar a regulação da cultura. O objeto pode apontar a origem de diversos obstáculos que estão presentes nos meios políticos, econômicos e culturais dos nossos modelos de comunidade. O modelo autoral de circuito metodológico desenvolvido pode representar um caminho para o aprofundamento de pesquisas de temática semelhante.

Hall (1997, p.14) apresenta questionamentos que convergem fielmente às perguntas que pretendemos responder com esta pesquisa: “Como a esfera cultural é controlada e regulada? Quais destas questões de regulação cultural têm a possibilidade de se destacar como marcos de mudança, ruptura e debate no próximo século?”. Stuart Hall (1997, p.14) acrescenta:

Qual é a relação que existe *entre* a “cultura” e outras forças que exercem um poder determinante de controle, de modelagem sobre a cultura? A princípio, é a política, a economia, o Estado, ou o mercado o fator *mais* determinante em relação à cultura? É o Estado que, através de suas políticas legislativas, determina a configuração da cultura? Ou são os interesses econômicos ou as forças de mercado com a sua “mão oculta” que estão de fato determinando os padrões de mudança cultural?.

Fundamenta-se também como justificativa, esclarecer as contradições vigentes nos campos governamentais e midiáticos. O pressuposto da existência de um Estado, uma entidade com poder para governar determinado grupo, deixa óbvio e implícito o seu dever de zelar pela população e defendê-la das desigualdades a que está sujeita, acima de qualquer situação. Dever este que não é exercido pela maioria absoluta dos governos atuais, que protegem muito mais a liberdade financeira do mercado do que os seres humanos e o meio ambiente que teoricamente estariam sob suas tutelas. O plano cultural é um instrumento que pode e deve ser aproveitado pelo Estado para promover a inclusão de grupos minoritários e desfavorecidos, porém, se não disseminado de forma democrática e justa, provoca exclusão e reforça preconceitos, ressaltando ainda mais os atrasos sociais recorrentes ao invés de reduzi-los. Como graduando de Relações Públicas, a preocupação com o não cumprimento de uma das premissas mais básicas da Comunicação Social - de comunicar integralmente e facilitar a vida das pessoas - é outra fonte de motivação para este trabalho. A mídia e os profissionais da comunicação, assim como os governantes, frequentemente estão posicionados em cargos que tornam possível fazer a diferença em prol de um mundo mais justo através do âmbito cultural, porém também tornam viável a utilização dessas ferramentas e conhecimentos com o intuito de preservar benefícios particulares e monetários.

Ao avaliar o modo como a cultura é moldada e determinada, poderemos enxergar a raiz de inúmeros problemas sociais em que as vítimas são normalmente apontadas como culpadas pela opressão que sofrem, e não os opressores. Este trabalho possui um propósito social e político, a fim de ajudar a desconstruir padrões elitistas e excludentes da compreensão de cultura, o

que vai ao encontro da visão ampla e democrática dos Estudos Culturais sobre o conceito de cultura.

Stuart Hall (2010) observa que a importância de sabermos como a cultura é modelada, controlada e regulada é que a cultura, por sua vez, *nos* governa — “regula” nossas condutas, ações sociais e práticas e, assim, a maneira como agimos no âmbito das instituições e na sociedade mais ampla.

O presente trabalho tem como finalidade principal analisar de que forma se dá a regulação da cultura na sociedade contemporânea, a partir da perspectiva dos Estudos Culturais. Para atingir este objetivo geral, será de extrema importância alcançar objetivos mais específicos, que proporcionem uma leitura completa à proposta de análise. Pretende-se compreender qual é o papel da cultura na sociedade contemporânea e a que influências ela está sujeita, e também identificar quais são as forças que regulam a cultura na sociedade atual e quais interesses elas defendem. É preciso perceber quem está incluído e quem está excluído do consumo e da produção dos bens culturais e o porquê, além de verificar quais são as interfaces que existem entre estado, sociedade e iniciativa privada no que diz respeito às ofertas do mercado cultural. Buscando uma discussão significativa e também focada na Comunicação Social, é necessário problematizar e refletir a respeito do papel do Estado, do comunicador e da mídia inseridos neste contexto.

Inúmeras ações culturais podem ser manipuladas para preservar um sistema que beneficie os interesses dos responsáveis por tais manobras. Mas nem sempre esses processos ocorrerão carregados de perversidade, mesmo que as situações possam ser moldadas inconscientemente, ou simplesmente optadas por uma questão de preferência pessoal desprovida de má intenção. São muitos os fatores que contribuem para a composição da regulação cultural, e depois de identificados e divididos em categorias, esses conjuntos de fatores serão denominados “forças” neste trabalho. Realizar uma análise crítica das “forças” reguladoras da cultura e das consequências dos processos de regulação, a partir da perspectiva de autores dos Estudos Culturais, é o grande desafio deste estudo. Consideramos aspectos gerais da regulação da cultura, mas também trazemos exemplos com enfoque específico na sociedade brasileira atual. Não temos a pretensão de apresentar um trabalho com debate

finalizado, mas sim abrir espaço para novas reflexões e análises que a partir dele possam florescer.

Esta monografia será estruturada da seguinte maneira: um primeiro capítulo teórico, um segundo capítulo metodológico, um terceiro de analítico e por fim, as considerações finais do trabalho. No primeiro capítulo, apresentamos a história, os princípios e motivações dos Estudos Culturais, além de conceitos como os de Cultura, Ideologia e Hegemonia. Será neste tópico teórico também que trabalharemos o tema da sociedade capitalista contemporânea, além das causas e efeitos da imposição de uma cultura global, como a indústria cultural e a cultura de massa. Mais a frente, uma subseção do primeiro capítulo iniciará a apresentação do embasamento e argumentação que inspiraram a construção de um circuito autoral de análise na metodologia. O segundo capítulo trata do percurso metodológico da pesquisa, e apresenta detalhadamente o protocolo analítico denominado “Ciclo de Regulação da Cultura”. No terceiro capítulo será realizada uma análise cultural midiática, que trabalha exemplos da sociedade contemporânea a partir do circuito próprio de análise. Por fim, o trabalho é concluído com as considerações finais do autor e as referências bibliográficas utilizadas na confecção da monografia.

## **1. OS ESTUDOS CULTURAIS E A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

O presente capítulo aborda de maneira inicial o debate deste trabalho. Primeiramente, apresentamos a história e posicionamento dos Estudos Culturais. A seguir, uma subseção discorre sobre alguns conceitos que são importantes para a pesquisa e para a nossa interpretação a respeito dos processos culturais, e adiante, iniciamos a discussão que resultou na produção de um procedimento metodológico autoral.

### **1.1 Estudos Culturais: política transformadora e as relações de classe**

Situado em um contexto pós-guerra, em um país de práticas e valores morais que privilegiavam amplamente conceitos elitistas, ganhou força, principalmente a partir dos anos 1960, um movimento político, social e intelectual que visava desconstruir a concepção de cultura que se tinha até aquele momento. Os primeiros pesquisadores dos Estudos Culturais concentraram seus esforços iniciais na missão de derrubar as noções aristocráticas que permeavam o âmbito cultural e a sociedade britânica da época. Eles propunham que a investigação das formações sociais e culturais fosse realizada de maneira mais inclusiva, destacando todas as variáveis de contextos culturais existentes no corpo social.

No entendimento de um dos principais autores desse campo de estudos, Raymond Williams (1979), é necessário respeitar cada contexto histórico específico, antes de se fixar uma definição para o termo “cultura”. Ele analisa as mudanças que o conceito foi sofrendo com o passar do tempo, resgatando significados desde o século XVI, quando “cultura” tinha relação com “cultivo”, até o momento em que as noções acerca da palavra tornaram-se mais abrangentes, passando a referir-se também ao conhecimento erudito. No decorrer da história, o termo compreendeu também significações relacionadas a mudanças e progressos sociais, valores familiares, artes, religião e costumes de uma maneira geral. Williams (1979) crê que a concepção de cultura não

pode ser examinada separadamente de outros conceitos, como ideologia e linguagem.

Segundo Escosteguy (2009), as relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como sua relação com a sociedade e as mudanças sociais compõem o eixo principal de pesquisa dos Estudos Culturais. Dessa forma, torna-se inegável a relevância de um campo de estudos tão amplo e abrangente e a aplicação de suas análises na sociedade contemporânea.

Um marco de destaque na história dos Estudos Culturais foi a inauguração do CCCS (Centre for Contemporary Cultural Studies) da Universidade de Birmingham, em 1964. Tratava-se de um centro de estudos que buscava discutir e teorizar a respeito das formas, práticas, instituições culturais e suas interações com a sociedade e as mudanças sociais. O projeto de Hoggart, primeiro diretor do Centro, tinha o objetivo de criar contrapontos à elitista escola de pensamento cultural inglesa e os variados tipos de restrições impostas às camadas populares e minorias que estavam implícitas a esse pensamento. De acordo com Schulman (2010, p.178), “a ênfase de Marx nas relações de classe era plenamente compatível com o foco do Centro na cultura popular, concebida como um reflexo da luta implícita da classe operária por sua auto-expressão”.

O surgimento do Centro perturbou alguns setores da tradição acadêmica britânica da época. Hall (1984a, p. 21) lembrou que:

[...] a abertura do Centro foi saudada com uma carta de dois cientistas sociais que emitiram uma espécie de advertência: se os Estudos Culturais ultrapassarem os limites apropriados e assumirem o estudo da sociedade contemporânea (e não apenas seus textos) sem controles científicos ‘apropriados’, provocarão represálias, por cruzar de forma ilegítima a fronteira territorial.

Isso significava uma tentativa de imposição de limites ao campo de estudo e de luta dos Estudos Culturais, para evitar que o mesmo chegasse a uma crítica social profunda a ponto de propor soluções que pudessem modificar de fato a maneira como as hierarquias da sociedade estavam estruturadas. Porém, Schulman (2010) lembra que os Estudos Culturais fazem



questão e orgulham-se de não ter nenhuma doutrina ou metodologia “aprovada pela casa”, sendo concebidos como um modo de análise variável, flexível e crítico.

Para Hall (1980, p. 7), “os Estudos Culturais não configuram uma ‘disciplina’, mas uma área onde diferentes disciplinas interagem, visando o estudo de aspectos culturais da sociedade.” É, portanto, um campo de estudo extremamente complexo, em que se faz ausente uma definição rígida e as habituais limitações de disciplinas mais ortodoxas. Por se valer predominantemente de conceitos marxistas, a fuga de teorias inflexíveis acompanha toda a história dos Estudos Culturais, tornando essa tentativa de afastamento de um aparente determinismo um enorme paradoxo, motivo de intermináveis debates entre conhecedores da área. Schulman (2010, p.181) afirma que:

Assinalar a diversidade do CCCS não significa dizer que as pessoas de fora não o viam, ao menos às vezes, como uma perspectiva unificada, quase monolítica, que depende de um grupo de conceitos e termos altamente especializados que podem ser relativamente opacos para usuários comuns da língua inglesa. É interessante observar que, como um projeto intelectual, os Estudos Culturais são, em geral, definidos em termos daquilo que negam ou daquilo com o qual rompem.

Segundo Johnson (2010, p.10), “a codificação de métodos ou de conhecimento vai contra algumas das principais características dos Estudos Culturais”. Contra, por exemplo, à sua abertura e versatilidade teórica, seu espírito reflexivo e, especialmente, a importância de receber críticas. É interessante, neste contexto, analisar a palavra “crítica” num sentido amplo, não necessariamente negativo, que legitima o citado espírito reflexivo e aberto do campo, na medida em que não haveria lógica num movimento que “hasteasse a bandeira” da versatilidade e não estivesse disposto a assumir suas imperfeições, corrigindo-as e atualizando-se com o passar do tempo e o surgimento de novas problemáticas. Sobre o termo cultura, Johnson (2010, p.24) diz tratar-se de uma ilusão racionalista pensar que os autores dos Estudos Culturais pudessem dizer: “de agora em diante esse termo significará...” e esperar que toda uma história de conotações se colocasse

obedientemente em fila assumindo aquela única definição. Ter esta conclusão em vista não significa ignorar as contribuições do Centro e de seus adjuntos na idealização do termo, mas sim admitir que essa seja uma questão subjetiva, na qual os Estudos auxiliam a construir e dar aporte a distintas interpretações.

As relações de classe e suas decorrências estão intimamente conectadas com os objetos de análise dos Estudos Culturais, assim como guiaram boa parte do trabalho de Marx. Johnson (2010, p.13) também cita as três principais premissas de Marx que influenciam os Estudos Culturais:

1. Os processos culturais estão intimamente vinculados com as relações sociais.
2. Cultura envolve poder, contribuindo para produzir assimetrias nas capacidades dos indivíduos e dos grupos sociais para definir e satisfazer suas necessidades.
3. Cultura não é um campo autônomo nem externamente determinado, mas um local de diferenças e lutas sociais.

É impossível distanciar os Estudos Culturais das questões governamentais. Desde o seu surgimento até o momento presente, as pautas e as críticas do movimento sempre foram prioritariamente políticas. A busca por mudanças no modo como o Estado age com relação ao acesso aos bens culturais e também no modo como o sistema político funciona como um todo está intrínseco na origem de qualquer pesquisa dos autores dos Estudos Culturais. Segundo Escosteguy (2010, p.141),

A proposta original dos Estudos Culturais é considerada por alguns como mais política do que analítica. Embora sustentasse um marco teórico específico – amparado principalmente no marxismo – a história deste campo de estudos está entrelaçada com a trajetória da New Left, de alguns movimentos sociais (Workers Educational Association, Campaign for Nuclear Disarmament) e de publicações (entre elas a New Left Review) que surgiram em torno de respostas políticas à esquerda.

Mais tarde, os Estudos Culturais transformaram-se em importante suporte intelectual que embasava uma militância que buscava significativas mudanças sociais. A “New Left” foi o principal movimento político fortemente

associado aos Estudos Culturais. A revista *New Left Review* era contra o monopólio da BBC e em favor da inclusão de programas sobre esporte, comédia, jazz, música popular e jogos. Projetos semelhantes condenaram o significado social do escotismo, considerado machista e conservador, e analisaram também cobertura dos esportes na televisão, os hippies e o reggae. Schulman (2010, p.186) lembra que: “A Nova Esquerda foi um movimento político fortemente socialista, anti-imperialista e antirracista, favorável à nacionalização das principais indústrias e da abolição do privilégio econômico e social.” A Nova Esquerda ainda estava por detrás dos esforços em favor do desarmamento nuclear e do enriquecimento da vida social e cultural das classes operárias da época.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria permitiu que regimes capitalistas criassem uma identificação negativa do socialismo com a política da URSS de Stalin, e a relativa riqueza da classe operária no pós-guerra levou a um enfraquecimento do Partido Trabalhista na Inglaterra. A não emergência de um movimento revolucionário privou a esquerda de conceitos e apoio para analisar sua própria sociedade e alcançar condição de mudá-la. Em 1964, não coincidentemente no mesmo ano em que CCCS foi fundado, o Partido Trabalhista voltou ao poder.

A *New Left* e os autores dos Estudos Culturais passaram a incluir em seus questionamentos e pesquisas, situações ligadas ao feminismo e o antirracismo. Johnson (2010) diz que, embora essas preocupações tenham surgido um pouco depois, as questões de raça e gênero não foram desvios nas ideias iniciais dos Estudos, e sim permitiram que a Nova Esquerda fosse de fato “New”. Os Estudos Culturais são, portanto, uma importante ferramenta política e transformadora, capaz de se atualizar e agregar novas discussões que estejam em sintonia com a sua filosofia e a luta do movimento. É válido ressaltar que o uso do termo “raça” neste trabalho tem conotação política para aludir ao preconceito e marcar uma posição, pois cremos que a raça é uma só, a humana. As diferenças que temos são étnicas, de classe, de orientação sexual, de religião, de idade, etc.

## 1.2. Ideologia, hegemonia e dominação

Ao longo de toda história da humanidade, as pessoas se apegaram às mais variadas identificações sociais e se uniram pelas mais diferentes causas e movimentos, com o objetivo de serem aceitos em um grupo e reforçarem suas identidades. Ainda que possam resultar em ações e movimentos sociais solidários e louváveis, a segregação da humanidade em facções sempre foi a principal responsável por desavenças, guerras, desigualdades, eliminações em massa e manipulações em todo o mundo. Infelizmente, não são poucas as atrocidades que entidades ideológicas permitiram que fossem cometidas, as quais um indivíduo sozinho jamais seria capaz de praticar.

Na tentativa de clarear a turva linha que regula o que é aceito e o que não é, e construir suas noções de certo e errado, valores morais, estrutura familiar e encontrar motivos para estarem vivos, alguns seres humanos passam a tomar como verdades únicas e absolutas distintos tipos de conjuntos de regras e modos de vida. Esses preceitos podem apresentar-se na forma de livros, empresas, opiniões políticas, doutrinas econômicas, seitas, religiões, clubes esportivos, etc. É comum que os indivíduos façam da missão de fortalecer-se pessoalmente por meio das leis imaginárias de suas comunidades a razão de suas existências, e tomem todas as suas decisões a partir da cartilha de normas que os norteia. Inconscientemente ou não, coletividades ortodoxas costumam ser carregadas de preconceitos e egoísmo e tendem a entrar em conflito com outras coletividades, apontando para cidadãos com crenças diferentes como inimigos e vilões. Essa atitude é motivada pela necessidade de encontrar oposições para definir seus limites, separar o que julgam ser o “bem”, do que consideram o “mal”.

Incontestavelmente, ideologias são conjuntos de ideias que podem assumir proporções gigantescas, e envolver as pessoas em pretextos positivos ou negativos, o que também depende do ponto de vista, e, provavelmente, de noções de ponto de vista adquiridas de acordo com uma ideologia prévia.

De acordo com Williams (1979), o conceito de ideologia não se limita aos estudos marxistas, tendo surgido no final do século XVIII na obra do filósofo Destutt de Tracy. A intenção de Tracy era que a ideologia fosse uma

“ciência das ideias”, avaliava-se a necessidade de compreender a dinâmica das ideias em seu estado cotidiano, em suas condições empíricas de existência. O plano era que esta nova concepção escapasse a ordem “idealista” que imperava na filosofia. Porém, ao buscar ser uma vertente das ciências empíricas, limitou-se a compreender as ideias como um conjunto de signos deformados, sem reconhecer as condições materiais de existência como determinante na construção dessas ideias. Dessa forma, formava-se um agrupamento de conhecimento, mas que desconsiderava a dimensão social, dissociando o homem de sua realidade.

Marx e Engels, no século XIX, estabeleceram uma teoria capaz de ampliar a definição de ideologia, utilizando-a como uma ferramenta teórica de análise do fenômeno da relação entre a produção de bens materiais e o corpo de saberes e costumes de uma sociedade específica, conseqüentemente das relações de classe. Esta visão propõe que as ideologias de um grupo social são provenientes da produção de bens e de como o contexto histórico se apresenta por meio destes amontoados de idealizações que fragmentam as classes sociais e suas disputas.

Williams (1979), porém, afirma que enxergar a ideologia como ausente de independência ou privada de realidade é um erro. Ele detecta que os produtos culturais possuem lógica própria, que pode fazer florescer a compreensão dos sujeitos e não são apenas espectros do âmbito que os produz. O autor analisa a apreensão das condições reais de existência no plano cultural e como ela posiciona a interação das populações com a produção material e as condições de classe.

Ao reconhecer a totalidade do sistema, o conceito de “hegemonia” agrega e ultrapassa a concepção de “ideologia”. A definição mais tradicional de hegemonia diz respeito a poder e domínio político. O marxismo estendeu esse significado para as relações entre as classes sociais, onde há uma classe dominante. Os estudos de Gramsci elaboraram uma distinção entre os eixos de domínio e hegemonia, em que o “domínio” está ligado diretamente à coação política em tempos de crise, e a “hegemonia” é compreendida de acordo com as forças sociais e culturais ativas. Segundo Williams (1979, p. 110)

[...] a “hegemonia” vai além da “cultura”, como antes a definimos, em sua insistência de relacionar “todo o processo social” com distribuições específicas de poder e influência. Dizer que os “homens” definem e modelam suas vidas só é verdade como abstração. Em toda sociedade concreta há desigualdades específicas nos meios e, portanto, na capacidade de realizar esse processo. Numa sociedade de classe, há principalmente as desigualdades entre as classes.

A ideia marxista de que uma classe dominante controla uma classe subordinada é aplicada de maneira abstrata à consciência real das classes. Williams (1979, p.112) diz que:

Uma classe dominante “tem” essa ideologia de formas relativamente puras e simples. Uma classe subordinada tem, numa versão, *apenas* essa ideologia como sua consciência (já que a produção de todas as ideias está, por definição axiomática, nas mãos daqueles que controlam os meios primários de produção) ou, em outra versão, impõe essa ideologia à sua consciência, distinta sob outros aspectos, que tem de lutar para manter ou desenvolver contra a “ideologia da classe dominante”.

A hegemonia, porém não é somente o nível planejado e avançado de “ideologia”, tampouco apenas as suas formas de determinação, normalmente vistas como manipulação e doutrinação, mas um sistema vivido de significado e valores.

Evidentemente que ignorar a faceta manipuladora do que envolve o conceito de hegemonia seria uma grande ingenuidade, mas é interessante observar as situações de forma abrangente, sem se posicionar em um local inflexível de onde se enxerga apenas o que se quer ver. É fundamental perceber a persistência dos movimentos contra-hegemônicos. Possuir um olhar mais amplo é vital para que exista esperança e luta da parte de quem é subordinado, pois até mesmo estruturas aparentemente tão rígidas quanto ideologias, classes sociais e questões de dominação estão sujeitas a mudanças e podem ser alteradas e assumir novas formas se analisadas corretamente, e não apenas contestadas por um negativismo cômodo. Raymond Williams (1979, p.113) ainda ressalta: “Se as pressões e limites de uma determinada forma de domínio são experimentadas em tais proporções, e

*na prática internalizadas, toda a questão do domínio de classe, e da oposição a ele, se transforma”.*

Gramsci (1999) é quem propõe a criação de hegemonias alternativas, a partir da integração de várias formas distintas de lutas, não apenas as relacionadas à política e economia, o que permite chegar a um senso mais profundo e ativo da atividade revolucionária. Para ele, as hegemonias alternativas surgem na classe trabalhadora, a partir do momento em que ela deixa de ser simplesmente idealizada e torna-se uma classe potencialmente hegemônica, capaz de enfrentar os limites e pressões de uma hegemonia existente e poderosa. Uma formação social e cultural inclusiva, que assimile toda a área da experiência vivida, também pode ser vista como elemento dinâmico de uma hegemonia, e mais, podem formá-la e ser formadas por ela. Escosteguy (2010, p.216) lembra que:

De acordo com a concepção de ‘hegemonia’ de Gramsci, as práticas culturais e os textos dos meios de comunicação podem ser vistos como um campo de batalha, em uma luta entre os diferentes grupos para definir, manter e conter o significado.

A hegemonia vivida é sempre um processo ativo, um complexo de experiências, ações e relações com pressões e limitações mutáveis. Apesar de que, por definição, seja sempre dominante, nunca será integral ou exclusiva, e, apenas analiticamente, torna-se um sistema ou uma estrutura. Williams (1979, p.115) defende que:

Se qualquer cultura vivida é, necessariamente, tão ampla, os problemas de domínio e subordinação de um lado, e da extraordinária complexidade de qualquer tradição e prática cultural, do outro, podem finalmente ser abordados diretamente.

Compreender as dinâmicas de funcionamento dos assuntos referentes à hegemonia, ideologia e dominação é crucial para um desenvolvimento saudável da sociedade contemporânea e na resolução das problemáticas propostas pelos Estudos Culturais. Assim como os regimes hegemônicos

vigentes necessitam estar sempre alerta e analíticos às alternativas e objeções ao seu domínio, os agentes questionadores e transformadores precisam aceitar as realidades dos processos culturais e encarar as hegemonias impostas como desafios, mas não como inimigos distantes, para que obtenham êxito na intenção de incluir os esforços e contribuições de quem está à margem das dominações em questão.

Johnson (2010, p.50) discorre a respeito das definições do que é considerado dominante ou não em uma sociedade, questionando inclusive até que ponto determinados valores devem deixar de ser incluídos em uma esfera pública de discussão social, para tornarem-se temas restritos ao âmbito familiar.

“Todo mundo” concorda que as questões públicas mais importantes são a economia, a defesa, a lei e a ordem e, talvez, as questões de assistência social, e que outras questões – a vida familiar, a sexualidade, por exemplo – são essencialmente privadas. O problema é que as definições dominantes do que é considerado importante são, em boa parte, socialmente específicas e, em particular, tendem a corresponder às estruturas masculinas – e de classe média – de interesse. É, em parte, porque começam fundamentalmente a questionar essas disposições que alguns feminismos, os movimentos pela paz e os partidos verdes estão entre as formas mais subversivas de fenômenos modernos.

Na medida em que algumas lutas sociais como feminismos e movimentos pela paz são vistos como práticas subversivas pelas camadas dominantes da sociedade contemporânea, suas áreas de atuação se tornam restritamente alternativas e a necessidade do fortalecimento e circulação desses discursos contra-hegemônicos é evidente. A dificuldade em estabelecer esse tipo de relação comunicacional é amplamente aumentada em função de serem relações contrárias aos interesses dominantes e assim, acabam podadas, principalmente por falta de suporte financeiro.

### **1.3. A cultura global na sociedade capitalista – o poder e a resistência**



O padrão de sociedade contemporânea globalizada sugere que os cidadãos tornem-se cada vez mais semelhantes entre si, compartilhem gostos, valores e saberes. Estabelece-se então uma tendência ao fortalecimento de uma cultura global, única. Inserido no contexto capitalista atual, em que “poucos” possuem muito dinheiro, e “muitos” possuem pouco, esse processo ocorre de maneira extremamente desigual. A tendência então é de que a cultura e ideologia dominante englobem as dominadas, de que a maioria imponha a sua vontade perante a minoria, de que o rico reprima o pobre.

Um modelo de sociedade baseado no controle dos poderosos sobre as minorias está longe de ser algo restrito às sociedades mais modernas. Porém, a crescente globalização e o aumento da tecnologia permitem que essas convergências culturais passem a acontecer rapidamente, de forma simultânea e semelhante ao redor de todo o planeta.

O mundo em que vivemos atualmente oferece inúmeras vantagens práticas, na comparação com outras eras. Tecnologias nos proporcionam facilidades de comunicação quase inacreditáveis, temos infinitas opções de entretenimento, equipamentos para cultivar alimentos em locais inóspitos, a infraestrutura necessária que possibilita deslocar-nos para seja qual for o lugar do planeta em questão de horas. A ciência é outra área que avança de maneira desenfreada, diariamente são desenvolvidos os tratamentos mais modernos e eficientes para curar praticamente qualquer doença, a astrologia desvenda mistérios em todo o universo. Pode parecer o progresso perfeito, mas infelizmente é baixíssima a parcela da população mundial que desfruta dos benefícios citados acima, a fartura é privilégio de poucos.

Hall (1997, p.2) aborda o tema da influência da evolução tecnológica na construção de significados e da contemporaneidade:

Estes são os novos “sistemas nervosos” que enredam numa teia sociedades com histórias distintas, diferentes modos de vida, em estágios diversos de desenvolvimento e situadas em diferentes fusos horários. É, especialmente, aqui, que as revoluções da cultura a nível global causam impacto sobre os modos de viver, sobre o sentido que as pessoas dão à vida, sobre suas aspirações para o futuro — sobre a “cultura” num sentido mais local.

De modo exacerbado e evidente a partir do início do século XXI, a sociedade “global” passou prioritariamente a girar em torno de um papel fictício, a moeda de troca atual, que representa poder, segurança, saúde, alimentação e felicidade: o dinheiro. O regime capitalista, acompanhado de uma política neoliberal, é um fenômeno hegemônico globalizado que coloca em posição de dominação quem possui o seu principal produto: o capital; oprimindo e diminuindo quem não o tem. Contudo, é importante investigarmos com cautela a origem cultural desses fenômenos, para que não caiamos num simplismo dicotômico de separarmos o mundo entre os “bons” e os “maus”.

Em qualquer período de tempo da história da humanidade sempre houve algum tipo de escravidão. Seja a escravidão da Idade Antiga, como a do povo judeu no Egito, ou a decorrente de prisioneiros de guerra, a negra, a da prostituição, do tráfico de órgãos, das drogas, etc. A escravidão se dá, fundamentalmente, em razão da impotência que uma parcela da população tem diante da repressão e injustiças que sofre. A exploração pelo trabalho escravo consiste na ocorrência de séries de barbáries e violações de qualquer ética ou humanidade. O homem “livre” atual, porém, é vitalmente dependente de seu emprego. Na medida em que os servos da antiguidade representavam, para o seu dono, o produto em si, deveria existir, ao menos ao se pensar em um sentido financeiro, um mínimo de interesse em que o “produto” continuasse vivo, embora a perversidade de pessoas que eram donas de pessoas pudesse ser muito maior do que a lógica. É lamentável perceber que nem ao menos essa preocupação com a sobrevivência dos seres humanos ocorre em diversos modelos de escravidão contemporânea. Não se pretende de modo algum, argumentar a favor ou amenizar os horrores cometidos em qualquer tipo de servidão já ocorrida, apenas chamo atenção para o fato de que a aparente liberdade completa que há no presente se trata de uma ilusão. No sistema capitalista, o indivíduo pobre é um escravo dos “senhores feudais” contemporâneos.

As críticas às hierarquias sociais modernas e a tentativa de completar as lacunas criadas por essa ordem vão de encontro a inúmeras inquietações abordadas pelos Estudos Culturais. Johnson (2010, p.51) alega que “os Estudos Culturais estão necessariamente e profundamente implicados em

relações de poder. Eles são parte dos próprios circuitos que buscam descrever”. É importante destacar que a propagação de informações e conhecimentos, embora com um potencial de circulação enorme no meio globalizado, também estão bastante condicionados às colocações de poder.

Lamentavelmente, não somente os confortos e trivialidades da vivência são proporcionados pelo capital, mas as necessidades elementares, e numa reflexão real e profunda, a sobrevivência também. Habitação; saneamento básico; remédios; energia elétrica; água; lazeres; vestimentas; mobilidade; praticamente inexistem na vida de quem não tem dinheiro. Até mesmo a função do trabalho, com a premissa de ocupação e missão de vida, é totalmente distorcida em razão da necessidade de se ter dinheiro para sobreviver e sustentar a si mesmo, e, na maior parte dos casos, uma família. As pessoas acabam optando pelo que é mais rentável em detrimento de algo que gostam, tem um dom, ou julgam ser mais relevante na construção social. A emergência pela renda inverte o raciocínio em que as pessoas se utilizariam da moeda, e não seriam feitas reféns pela mesma.

Igualmente a quase todos os serviços, os bens culturais são oferecidos, quase que exclusivamente, apenas a quem possui o capital, tanto na esfera de produção, quanto, e principalmente, na do consumo. A arte, filosofia, linguagens, conhecimento de idiomas em geral estão facilmente disponíveis para quem tem condições financeiras. Embora existam algumas ações dos Estados em prol da população pobre, universidades públicas, e um caminho que seja possível trilhar apenas por meio do conhecimento, seria extremamente ingênuo ignorar as condições sociais que levam as pessoas até aquelas posições: além de pensar que pelo fato de ser públicas todos têm acesso. Ou deixar de levar em conta que os indivíduos que não necessitariam ser beneficiados por tais medidas populares, estão muito mais aptos a ocupar esses lugares, por terem um caminho totalmente abrandado por privilégios monetários ou simplesmente pelo “mérito” de terem nascido em uma família abastada.

O esforço dos maiores concentradores de posses em consolidar uma cultura global e homogênea nada mais é do que uma tentativa de ressaltar ainda mais as diferenças e impossibilitar transições entre as classes sociais. Segundo Hall (1997, p.3)

[...] há também diversas tendências contrapostas impedindo que o mundo se torne um espaço culturalmente uniforme e homogêneo. A cultura global necessita da “diferença” para prosperar — mesmo que apenas para convertê-la em outro produto cultural para o mercado mundial (como, por exemplo, a cozinha étnica). É, portanto, mais provável que produza “simultaneamente” *novas* identificações “globais” e *novas* identificações locais do que uma cultura global uniforme e homogênea.

Os Estudos Culturais questionam o ideário elitista, diagnosticando situações de resistência, dominação e luta. Para Escosteguy (2010, p.143)

[...] com a extensão do significado de cultura – de textos e representações para práticas vividas – considera-se em foco toda produção de sentido. O ponto de partida é a atenção sobre as estruturas sociais (de poder) e o contexto histórico enquanto fatores essenciais para a compreensão da ação dos meios massivos, assim como o deslocamento do sentido de cultura da sua tradição elitista para as práticas cotidianas.

Nossa “autonomia” é amplamente subordinada à questão financeira. A maior parte dos problemas que o capitalismo promete solucionar e afastar de quem possui o dinheiro existe justamente em razão das desigualdades e injustiças que o mesmo causa. Até quando observadas as situações de países economicamente desenvolvidos, onde teoricamente não existiria miséria, nota-se que as políticas internacionais são baseadas em exploração, e a quantidade de imigrantes que trabalham servindo de mão de obra barata é gigantesca. Nota-se que para que esse sistema se mantenha, e alguns raros abonados possam usufruir de riquezas, é necessário que haja muita pobreza. A cada cédula monetária que é impressa pelos bancos centrais, uma dívida é criada, e quem quita essa conta são as vítimas dessa doutrina, os cidadãos que estão na camada desfavorecida da pirâmide hierárquica monetária. Esta é a parcela da população constantemente instigada a compor um tecido social de resistência.

#### **1.4. Indústria cultural e cultura de massa: prévia do desenvolvimento de um protocolo analítico**

O mundo do liberalismo financeiro, local competitivo onde é possível ter tudo - basta possuir o dinheiro para tal-, é inóspito para o cidadão com menor instrução intelectual e também para o sujeito que simplesmente é menos ambicioso. Ele pune a falta de capital, titulações e diplomas impondo dificuldade em arranjar um emprego, em obter dinheiro para o consumo de bens, conseqüentemente infligindo sérios obstáculos na qualidade de vida das pessoas e em suas sobrevivências de modo geral.

Principalmente após a Segunda Guerra Mundial, a tecnologia prometia transformar a cultura, no passo em que poderia levá-la a todos os lugares. Porém, há mais de meio século atrás, os principais pensadores da Escola de Frankfurt discordavam dessa premissa, já percebendo os riscos de uma cultura regulada pelo poder. Pareciam prever o cenário em que vivemos atualmente, segundo Martino ( 2009, p.48)

Adorno e Horkheimer não compartilhavam desse otimismo. Ao contrário: a cultura transformada pela técnica, tornava-se um produto. Onde a Modernidade imaginava o conhecimento como liberdade, os dois pensadores enxergavam um elemento de dominação. Dominada pela técnica, as produções da mente se organizam na forma de uma indústria cultural.

Martino (2009, p.47) relata que “a expressão “indústria cultural” foi usada pela primeira vez em um ensaio de Horkheimer intitulado “Arte e cultura de massa”, de 1940”. Horkheimer identificava que a cultura era criada conforme as exigências de um modelo de produção empresarial.

É quase impossível identificar algum local que não conte com a presença da indústria cultural em seu cotidiano. O conceito de Indústria Cultural, para Martino (2009) faz referência a um conjunto de instituições sociais vinculadas à produção e distribuição de bens simbólicos. Um complexo composto por editoras, gravadoras, jornais, agências, redes de televisão e rádio, provedores de conteúdo para web, etc. A indústria cultural poderia ser encarada apenas como um conjunto de instituições sociais ligadas à produção e distribuição de bens simbólicos, porém, na medida em que as mercadorias capitalistas orientam a produção e circulação desses bens, convém que se examine esta situação de maneira muito mais crítica. Por tratar-se de uma indústria, sua produção é orientada pelo lucro, e o espaço individual frequentemente é eliminado em virtude da lógica da produção coletiva. Qualquer produto que não agrade o público é contrário a essa lógica.

Ora, se qualquer produto que não agrade o público é contrário à lógica de produção cultural capitalista, e se as preferências e conhecimentos deste público podem ser definidos e limitados por este mesmo produtor de conteúdo, têm-se então, evidentes indícios da existência de uma indústria cultural reguladora e controladora. Uma indústria capaz de disseminar ignorância e manipular seu público para continuar produzindo o que lhe é mais lucrativo, de maneira cíclica.

É justamente neste cenário em que se faz fundamental a interferência do Estado, para exercer a sua função primordial de equilibrar a sociedade pela qual zela e reduzir a desigualdade de condições em todas as esferas. Alguém precisa intervir em defesa daqueles que falham no sistema vigente, protegendo as camadas do povo em posição de fragilidade e impotência diante da enxurrada de ferramentas de doutrinação disponíveis àqueles que “trionfam” nesse perverso sistema. Esse alguém é o Estado, ao menos na teoria.

Esta complexa rede de relacionamento entre iniciativa privada, esfera pública, entretenimento, ideologias e meios de comunicação, uma espécie de conflito caótico pelo domínio do campo cultural, tende a resultar na culminação de uma cultura geral, uma “cultura de massa”. Segundo Martino (2009), Adorno ressaltava a impropriedade do termo “cultura de massa”, como se fosse uma cultura feita pela massa do mesmo modo que a cultura popular é desenvolvida pelo povo. O fato é que a cultura de massa é produzida “para” a massa. A

indústria cultural pode transformar a alta cultura e a cultura popular em um produto parecido, comercial.

Para Martino (2009, p.51) “Se a cultura – *Kultur* – era a manifestação da liberdade, a cultura de massa é o conhecimento transformado em instrumento de controle, parte tecnocrática e autoritária da Modernidade, invadindo e burocratizando até a cultura”. Martino (2009, p.51) ainda acrescenta: “Ao público geral é reservado o direito de conhecer apenas as criações da cultura de massa, em sua eterna repetição de padrões e fórmulas exaustivamente repetidas”. O ideal é que em qualquer ambiente democrático exista sempre espaço para mudanças de hábitos, gostos e costumes, e para o posicionamento das culturas emergentes, algo que não parece ser de interesse da maior parte da grande mídia atual, se não de sua totalidade.

As imposições feitas pela indústria cultural e a consolidação da cultura de massa são protagonistas no enredo controlador que o capitalismo propõe como modelo de vida a ser seguido. Martino (2009, p.52), a partir dos pesquisadores da Escola de Frankfurt acrescenta mais sobre o tema: “Onde não existe demanda, a indústria cultural cria. O local e o popular são igualmente utilizados como matéria prima na criação da cultura de massa. As culturas locais devem se adaptar às estruturas da indústria”. Stuart Hall (1997, p.18), por sua vez, vai ainda além e afirma que:

[...] é importante sabermos como a cultura é modelada, controlada e regulada e que a cultura, por sua vez, *nos* governa — “regula” nossas condutas, ações sociais e práticas e, assim, a maneira como agimos no âmbito das instituições e na sociedade mais ampla.

O referido autor atenta para este tipo de ocorrência criticamente, demonstrando desta forma também, a relevância da construção de um circuito de análise que intencione discutir a regulação da cultura, como o que será apresentado com clareza no capítulo metodológico.

## 2. METODOLOGIA

A metodologia de um trabalho é um caminho pessoal e único a ser percorrido, que deve demonstrar como será solucionado o problema que norteia a pesquisa. Esta trajetória presente terá suporte teórico demarcado nos textos elaborados por pesquisadores dos Estudos Culturais, estudos estes que, ao longo de sua história, buscaram sempre um afastamento de definições inflexíveis e ortodoxas. Segundo Rosário (2006, p.3),

[...] é valoroso o caminho aberto pelo próprio pesquisador, direcionado pelos problemas de pesquisa e fundamentado nas ferramentas teóricas condizentes com o tema. Escolher o percurso metodológico que prima pelo caráter científico e, ao mesmo tempo, é desbravado pelo próprio pesquisador requer coragem e, por vezes, atrevimento, mas é, sem dúvida, enriquecedor.

O objeto a ser estudado por este trabalho é a regulação da cultura, analisado a partir da perspectiva teórica dos Estudos Culturais e aplicado à sociedade contemporânea brasileira. Segundo Hall (1997, p.1), os Estudos Culturais “[...] contribuem para assegurar que toda ação social é “-cultural-”, que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação.” Se toda ação social é cultural, a cultura permeia todas as nossas atitudes e interpretações dos fatos, compõe identidades, dita tendências e compreende os valores e modos de vida de todas as sociedades. Em termos desprovidos de ingenuidade, a cultura pode ser examinada como uma ferramenta estratégica de poder, se controlada. A regulação, ou a aparente “desregulação” da cultura, quando inserida em um sistema capitalista, em que praticamente todas as instituições visam ao lucro financeiro, possibilita privilégios perigosos a determinados grupos. Possibilita também, que as populações sejam manipuladas e mediadas do jeito que quem ocupa posições de poder considerar conveniente para a manutenção de suas cadeiras cativas, seus próprios locais em uma escala de hierarquia social e para a ampliação de seus patrimônios, sejam econômicos ou simbólicos.



Assim como a fonte inspiradora de conhecimento para a realização do estudo, sua metodologia será flexível e ampla, para abranger a complexa combinação de fatores que compõem o retrato analítico da regulação da cultura.

## **2.1. Análise Cultural**

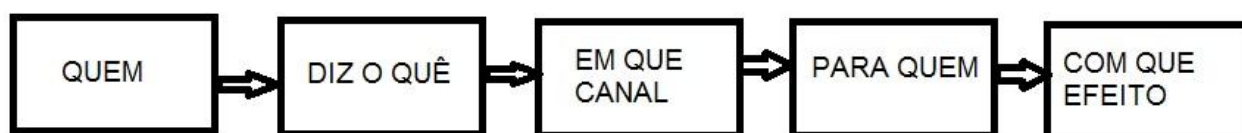
Williams (2003) diz que existem três categorias gerais para a definição de cultura. A primeira é a “ideal”, que é ampla, segundo a qual a cultura é um estado de processo de perfeição humana em condições de certos valores absolutos e universais. A segunda é a “documental”, de acordo com a qual, a cultura é a massa das obras intelectuais e imaginativas que se registram de diversas maneiras o pensamento e a experiência humana. A definição “social” é a terceira, para a qual, a cultura é a descrição de um determinado modo de vida, que expressa certos significados e valores não somente na arte e aprendizagem, mas também em instituições e comportamentos ordinários. Segundo esses conceitos, a análise da cultura é a atividade da crítica, mediante a qual se avaliam e descrevem a natureza do pensamento e os detalhes da linguagem, as formas e as convenções como as situações se manifestam.

Para a resolução do problema de pesquisa realizamos uma Análise Cultural, a partir do desenvolvimento de um modelo de análise e da Revisão Bibliográfica focada no tema principal do trabalho, com corpus delimitado e autores definidos conforme citados nas referências. Utilizamos conceitos como os de cultura, ideologia, hegemonia, estruturas de sentimentos, além de algumas teorias da comunicação clássicas para examinar o objeto e buscarmos encontrar respostas que expliquem a razão do corpo social estar estruturado de tal maneira. Essas constatações são de extrema importância, para que, quando detectados processos injustos ou exploratórios possamos vislumbrar soluções a esses infortúnios. A metodologia do trabalho não busca apenas criticar brandamente o modo como o Ciclo de Regulação da Cultura está estabelecido, mas possibilitar que a partir dele sejam debatidas “saídas”

que permitam transpor as barreiras que impedem a ocorrência de alterações nesse sistema. A análise se dará através de exemplos práticos da história moderna e também da sociedade brasileira contemporânea, como fatos históricos, instituições, leis e movimentos sociais. Nas subseções seguintes apresentaremos o embasamento metodológico que originou a proposição de um protocolo analítico para pensar a regulação da cultura.

## 2.2. Ciclo de Regulação da Cultura

A proposição de modelos para análise de temas complexos é algo comum em toda a história da Comunicação, na tentativa de esclarecer discussões complicadas em que é muito difícil definir os limites de cada componente de um sistema. Em 1948, Lasswell propôs o primeiro modelo teórico dirigido especificamente para a comunicação, uma figura linear que buscava compreender a estrutura e a função da comunicação na sociedade.



**Figura 1: Modelo de Lasswell.**

Fonte: LASSWELL, H.D "The structure and function of communication in society". In: SCHRAMM, W. *The process and effects of Mass Communication*. Urbana: University of Illinois Press, 1957.

De acordo com Martino (2009), White e o modelo de produção de notícias selecionadas por um *gatekeeper* em 1950, Osgood e Schraam em 1954 com a premissa da circularidade comunicacional, Dance e seu diagrama

em espiral de 1967, são outros exemplos de modelos teóricos reconhecidos que embasaram e inspiraram diversos estudos da área. Segundo Martino (2009, p.22), “os modelos de comunicação são criados a partir de dados específicos e atuam como um retrato analítico de uma situação”. O autor acrescenta que os dados obtidos nas análises de conteúdo permitem a elaboração de tabelas, gráficos ou diagramas, que permitem ao pesquisador ter uma imagem nítida a respeito das variáveis observadas.

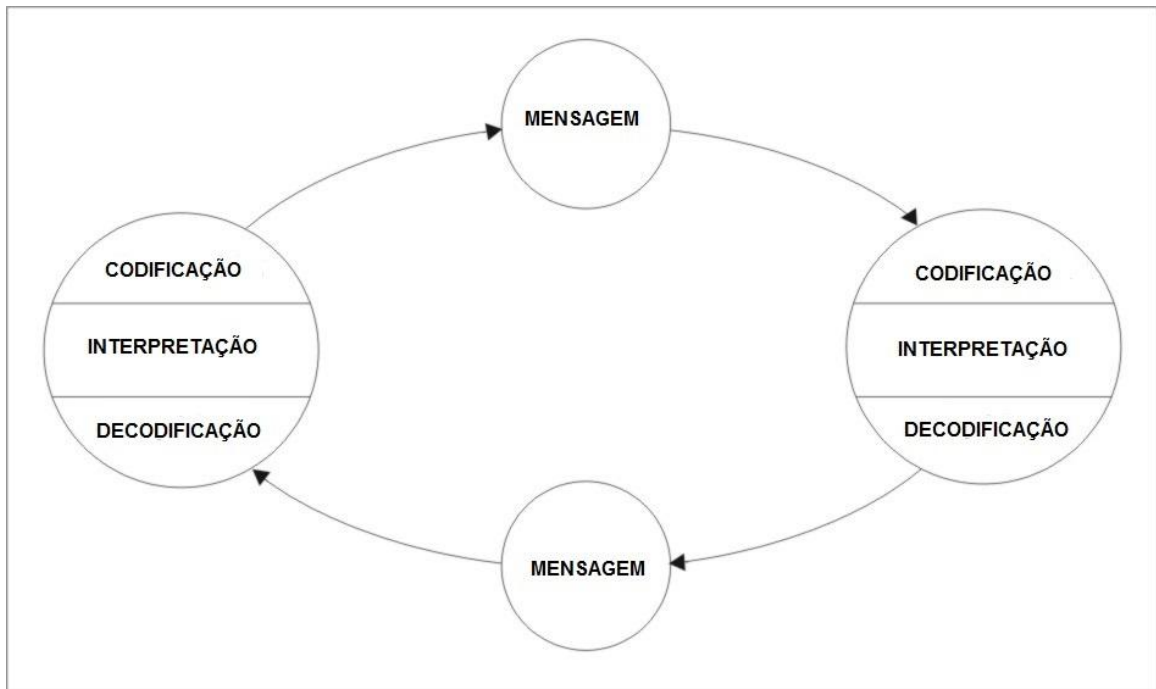
Segundo Hall (1997, p.20),

Estamos falando em arranjos de poder discursivo ou simbólico. Toda a nossa conduta e todas as nossas ações são moldadas, influenciadas e, desta forma, reguladas normativamente pelos significados culturais. Uma vez que a cultura regula as práticas e condutas sociais, neste sentido, então, é profundamente importante *quem regula a cultura*. A regulação *da* cultura e a regulação *através* da cultura são, desta forma, íntima e profundamente interligadas.

Como instrumento analítico, propomos o desenvolvimento de um diagrama para análise cultural ideal, a partir de um circuito próprio de análise, denominado “Ciclo de Regulação da Cultura” que busca obter respostas para a pergunta: “*quem regula a cultura*” e compreende questionamentos às “forças” que regulam a cultura. Ao identificar quais são os fatores, pessoas, meios e instituições mais relevantes e expressivas na construção cultural de uma sociedade, foi possível detectar quatro principais categorias de potenciais reguladores da cultura. O livro “Teoria da Comunicação” de Luís Mauro Sá Martino (2009), um panorama dos principais caminhos no estudo da mídia, que reúne as principais teorias da história do campo da comunicação, serve como aporte teórico para a construção do modelo, além da definição das categorias e posterior análise. Considerou-se também, e principalmente, o texto de Stuart Hall (1997) “A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo”, um dos poucos que trata especificamente do tema da regulação da cultura.

O “Ciclo de Regulação da Cultura” trata-se de uma proposição autoral para pensar a regulação da cultura. Este circuito, assim como o modelo de Osgood e Schramm (1954) tem como premissa a circularidade dos processos

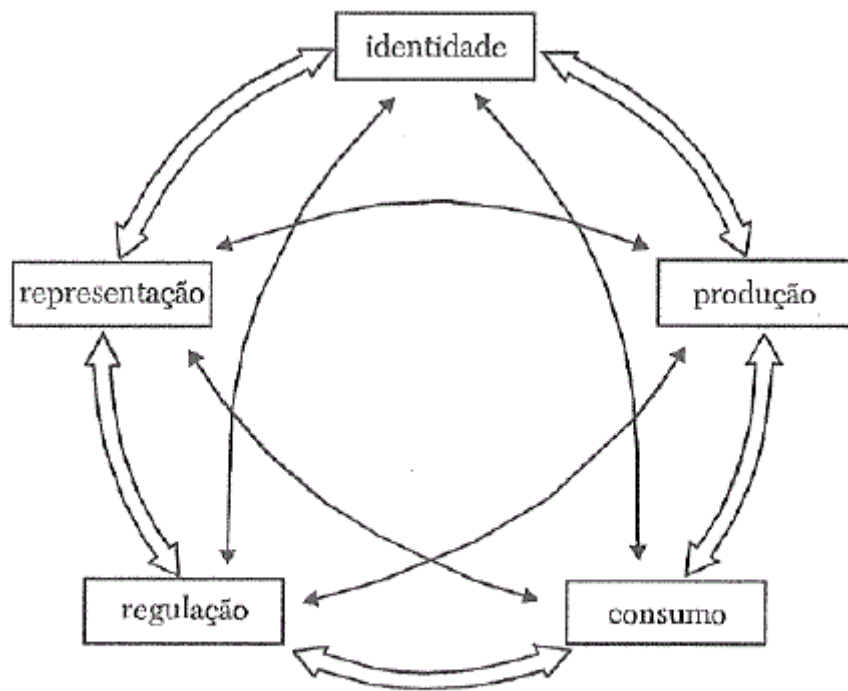
de comunicação, partindo do princípio que a recepção e a resposta sempre existem em diversos níveis e é impossível deixar de reagir a uma comunicação.



**Figura 2: Modelo de Osgood e Schramm**

Fonte: SCHRAMM, W. "How communication works". In: SCHRAMM, W. *The process and effects of Mass Communication*. Urbana: University of Illinois, 1954.

Utilizamos também como fonte inspiradora de embasamento na composição de um novo instrumental analítico, o circuito da cultura apresentado por Paul du Gay (1997), um importante pesquisador do campo dos Estudos Culturais.



**Figura 3: Circuito da Cultura, segundo du Gay et al (1997).**

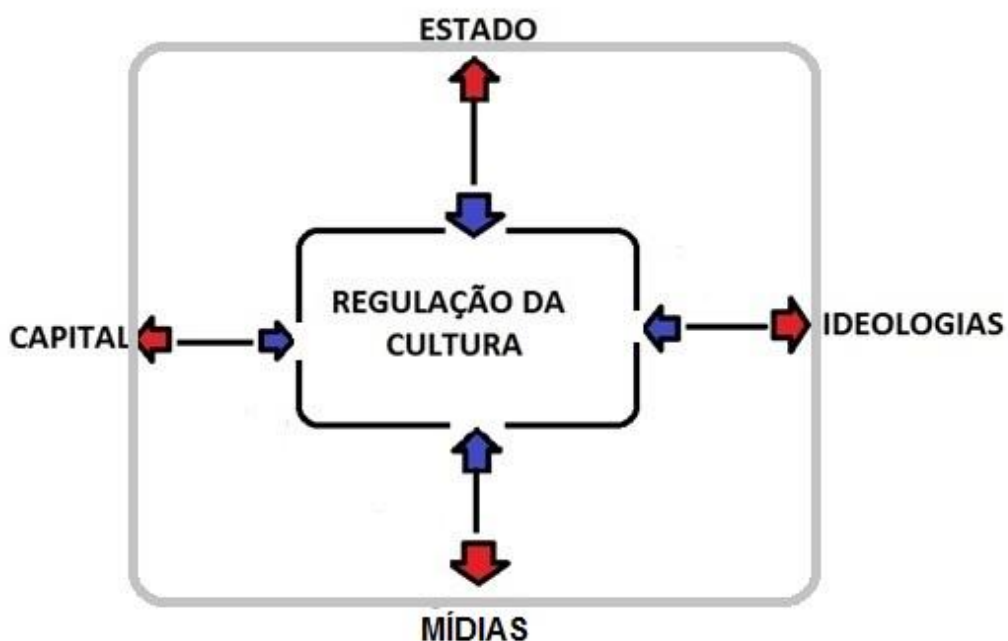
Fonte: DU GAY, P. et al. *Doing Cultural Studies: The Story of the Sony Walkman*. Londres: Sage, 1997.

Esta proposta de circuito foi elaborada a partir de um estudo do Walkman como artigo cultural, de modo a articular os eixos “produção”, “consumo”, “identidade”, “representação” e “regulação”. As categorias são inseparáveis da ideia de circuito, desta forma não há uma preferência específica em nenhuma das categorias para a realização da análise dos sentidos dos produtos culturais. Da mesma forma ocorre com a regulação da cultura neste modelo cíclico autoral, que busca compreender até que ponto cada variável interfere no contexto geral da produção e aceitação de determinado produto, valor, informação ou legislação, culminando com a composição da cultura e suas representações em si. É importante ressaltar que as forças tanto regulam a cultura, como recebem a influência reversa, e são alterados constantemente por todos os componentes destes processos.

Objeto de análise do presente trabalho, a “regulação” compõe um eixo específico no circuito da cultura de Du Gay (1997). No modelo, a *regulação* da vida social reflete no *consumo*, a partir de *identidades* construídas pela

*representação de sistemas simbólicos presentes na produção de um produto cultural.*

A seguir, a figura da proposta do diagrama “Ciclo de Regulação da Cultura”, onde o eixo da “regulação” assume papel central e é esmiuçado como objeto de análise.



**Figura 4: Ciclo de Regulação da Cultura**

Fonte: Próprio Pesquisador

A figura representa as instâncias reguladoras da cultura, que serão descritas detalhadamente a partir da próxima subseção.

### **2.3. Categorias do Ciclo**

O Ciclo de Regulação da Cultura foi desenvolvido com a mesma noção do circuito da cultura de Du gay (1997), de que as categorias sejam inseparáveis da noção do circuito, de modo a não privilegiar alguma categoria

no momento da análise. Considera-se então que o posicionamento na figura de cada uma das quatro “forças” deu-se de modo aleatório, pela ideia do ciclo de relacioná-las entre si e com a regulação da cultura simultaneamente, sem uma obrigatoriedade de processos lineares ou ordenados cronologicamente. A ordem dos fatores não altera, necessariamente, o resultado do circuito. Por exemplo: não há motivos para que o “Capital” esteja posicionado à esquerda do objeto, ou o “Estado” acima. A inversão desse posicionamento, ou qualquer outra alteração entre a colocação de uma das quatro categorias não mudaria a lógica do circuito.

### **2.3.1. Estado**

Johnson (2010) relata que, nos primeiros trabalhos marxistas, a cultura era compreendida como um produto social e não como simplesmente uma questão de criatividade individual. Ela estava, portanto, sujeita à organização política, seja pelo Estado capitalista, seja pelos partidos de oposição social.

A palavra Estado, quando grafada com inicial maiúscula, assume acepção organizacional cujo significado é de natureza política. Faz referência à uma entidade com poder soberano para governar um povo dentro de uma área territorial delimitada. A formalização dos direitos e deveres dos cidadãos e instituições na sociedade é garantida pelo Estado. Ao menos na teoria. Numa nação, o Estado desempenha atividades políticas, sociais e econômicas, e suas funções tradicionais englobam os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A categoria “Estado” no Ciclo da Regulação da Cultura abrange as entidades que governam as populações. Envolve todo o contexto que cerca as leis, legislações, medidas governamentais e tomadas de decisão do Estado de maneira geral.

É válido que enxerguemos as leis não simplesmente como forma de demonstração de poder do governo, elas são modificadas e criadas pela sociedade, e desta forma, são sim um elemento componente da cultura e que também é composto por ela. Essa é a lógica fundamental do Ciclo, afirmar que

as “forças” tanto regulam, quanto são reguladas pelos efeitos que provocam e pelas culturas e demandas que ajudam a construir.

Hall (1997, p.13) discute a respeito da definição do que estaria inserido na área de ação do âmbito político e do que não estaria:

[...] Agora, o poder político tem efeitos materiais muito reais e palpáveis. Contudo, seu verdadeiro funcionamento depende da forma como as pessoas *definem politicamente as situações*. Por exemplo, até recentemente, as relações familiares, de gênero e sexuais eram definidas como fora do domínio do poder: isto é, como esferas da vida nas quais a palavra “política” não tinha qualquer relevância ou significado. Teria sido impossível conceber uma “política sexual” sem que houvesse alguma mudança na definição do que consiste o âmbito “político”. Da mesma maneira, só recentemente — desde que o feminismo redefiniu “o político” (como por exemplo: “o pessoal é político”) — que passamos a reconhecer que há uma “política da família”. E isto é uma questão de *significado* — o político *tem a sua dimensão cultural*.

O autor acredita que de modo semelhante, a distribuição da riqueza e dos recursos econômicos tem efeitos materiais reais e tangíveis para os ricos e os pobres da sociedade. Porém, a discussão sobre a repartição da riqueza vigente, se ela é “justa” ou não, é uma questão de significado — isto quer dizer, depende de como são definidas “justiça” e “igualdade”. Nossas ações econômicas serão influenciadas de acordo com a posição que tomarmos com respeito a estas definições. Hall (1997, p.14) diz que a cultura é, portanto, uma parte constitutiva do “político” e do “econômico”, assim como o “político” e o “econômico” são parte constitutiva da cultura e a ela atribuem limites, e questiona as responsabilidades do Estado inclusive no que diz respeito ao âmbito ideológico e religioso:

É através do sistema educacional, do arcabouço legal, do processo parlamentar ou por procedimentos administrativos que o Estado “governa” a cultura — por exemplo, a liberdade das comunidades de minorias religiosas de praticarem sua fé em uma sociedade “multicultural” predominantemente cristã, mesmo que apenas nominalmente?

Stuart Hall (1997, p.16) ainda instiga o leitor a pensar no descumprimento de um dos deveres mais básicos dos governos: “Alguém tem de arcar com os “custos” sociais daqueles que falham no mercado (o mercado sempre cria tanto “vencedores” quanto “perdedores”, com consequências



sociais amplas e não apenas relacionadas ao mercado).” Definitivamente, o Estado é um pilar da composição da regulação cultural.

### **2.3.2. Mídias**

Os meios de comunicação asseguram a vida social de uma ideia. A relevância da imprensa e dos meios de comunicação na construção cultural de uma sociedade é inegável. As informações precisam circular para que sejam legítimas e o acesso a essas informações é amplamente intensificado em função das ferramentas de propagação de acontecimentos. O processo de circulação de informação e a liberdade de expressão são fundamentais para a garantia de uma sociedade democrática e culturalmente diversificada, desde que estas notícias sejam verídicas e isentas de manipulação. Segundo Martino (2009), a invenção da imprensa significou o fim do monopólio do conhecimento pelas instâncias religiosas e universitárias, modificando também as relações de poder na medida em que uma decisão política, publicada em uma folha, ganhava a paisagem das ruas.

A categoria “Mídias” no modelo de análise desenvolvido pretende superar o significado da palavra mídia apenas como “imprensa”, abrangendo os meios de comunicação como um todo, e qualquer mídia onde alguma mensagem possa ser transmitida a algum público. Segundo Martino, Luhmann (2009, p.84) afirmou “Aquilo que sabemos sobre a nossa realidade, ou sobre o mundo no qual vivemos, o sabemos pelos meios de comunicação”. Cabe aqui, da mesma forma, uma interpretação ampla do termo “meio”, que inclui inclusive a interação humana, além de todos os objetos de estudo da Comunicação Social.

Este eixo de análise no circuito se justifica também pela importante influência que as mídias exercem sobre a esfera pública, e não raramente, utilizadas como instrumento de poder e regulação cultural. Para Martino (2009, p.58) “esfera pública é o conjunto dos espaços de discussão social onde, a partir do livre debate, procura-se o consenso.” Como um espaço de discussão

social, a esfera pública permite construções de consensos e opiniões públicas muito particulares, inclusive como um instrumento de pressão política. A seleção de quais informações atingirão ou não a esfera pública permite a regulação e a manipulação do público receptor. Neste contexto, os meios de comunicação de massa trabalham signos recebidos e os devolvem à trama social, agindo simultaneamente como sujeito e objeto do processo de criação da realidade, e estabelecem uma relação entre o público e o publicado, um ciclo.

Hall (1997, p.17) faz questionamentos sobre o “governo da cultura”, que incluiu os debates sobre a regulamentação da mídia e liberdade de expressão.

Por que ele é de vital importância? Por que deveríamos nos preocupar com a forma como são regulados os meios de comunicação (rádio e TV) e suas instituições, com o que podemos ou não ver em nossas telas ou comprar nas prateleiras das livrarias; com a possibilidade ou não das culturas nacionais se protegerem contra a onda das redes globais de comunicação; e com a forma como a diversidade cultural deve ser negociada ou com os debates e as apreensões relacionadas à moralidade e aos padrões de conduta sexual?

Falar em mídias e meios de comunicação no século XXI e ignorar a Internet e as Redes Sociais, e todas as suas particularidades e alterações nos processos comunicacionais que provocam são erros que este trabalho não pretende cometer. Porém, a rede mundial de computadores e as inter-relações virtuais, inegavelmente proporcionam enorme liberdade aos cidadãos que delas fazem uso, independentemente de julgarmos neste momento o que seria um “bom” ou um “mau” uso dessas ferramentas. Desta forma, e também na medida em que, “liberdade” e “regulação” são conceitos completamente opostos, é normal, em função do objetivo do trabalho, que o seu circuito analítico atente principalmente aos meios de comunicação mais tradicionais e menos democráticos, em que a chance de escape do usuário é bastante restrita. Na análise, vislumbraremos os meios de circulação de mensagens e consolidação de discursos alternativos muito mais como solução do que como problema, buscando compreender suas consequências também na forma como reagem as culturas hegemônicas inseridas num contexto que lhes possibilita pouco controle.

### 2.3.3. Capital

A categoria “Capital” do protocolo analítico não pretende limitar a análise do capital apenas ao seu sentido econômico, mas também ponderar o potencial simbólico de sua significação. Todavia, o mercado financeiro é um destacado agente regulador da circulação de artigos culturais na sociedade contemporânea, tornam-se raros os produtos e instituições que não visam lucro financeiro. Desta forma, realizar uma apreciação que não tenda a considerar majoritariamente o âmbito monetário deste eixo, seria ignorar a realidade em que se insere o trabalho.

Para Peruzzo (1986, p.74) “O processo de circulação do capital implica que o capitalista com sua reserva de dinheiro adquira mercadorias para vender novamente com lucro.” A fórmula primordial desta lógica é dinheiro que se transforma em produto para então se transformar em mais dinheiro. O primeiro passo deste processo é a produção, momento em que se faz necessária a aquisição da matéria-prima inicial, que culminará em um novo item para ser comercializado. A autora sugere um movimento cíclico expresso como: D – M – P – M – D. ( Dinheiro – Mercadorias – Produção – Novas Mercadorias – Mais dinheiro). A operação resulta em dinheiro gerando dinheiro, capital que se recria e se valoriza, desta maneira, se o trabalhador que produzisse a mercadoria fosse pago de acordo com o benefício que gera para o detentor do capital investido, em outras palavras, fosse remunerado de forma justa, não haveria lucro. Observa-se aí, no mais simplório exemplo de método empresarial contemporâneo, o raciocínio básico da exploração capitalista.

Segundo Johnson (2010, p.35),

[...] em nossas sociedades, muitas formas de produção cultural assumem também a forma de mercadorias capitalistas. Neste caso, temos de prever condições especificamente capitalistas de produção e consumo.

Embora o autor reconheça com propriedade a relação de dependência da produção cultural com o sistema capitalista, é fundamental termos a consciência de que isso não é tudo, o processo não é tão simples. Os momentos, em alguns casos, podem estar estruturados de acordo com outros princípios, de forma que ao mesmo tempo o circuito seja de capital financeiro, mas também de produção e circulação de formas subjetivas, abrangendo um vasto capital simbólico.

Apesar de reconhecermos que os produtos culturais sofrem forte influência do meio capitalista que estão inseridos, é importante não limitar a produção cultural apenas como um resultado da demanda do capital financeiro. Johnson (2010) ressalta que as condições de produção incluem não apenas os meios materiais de produção e a organização capitalista do trabalho, mas um estoque de elementos culturais já existentes, extraídos do reservatório da cultura vivida ou dos campos já públicos de discurso.

#### **2.3.4. Ideologia**

Apesar de o conceito de “ideologia” não ter se originado no marxismo e não se limitar a ele, é inegável a contribuição do pensamento marxista sobre cultura, literatura e as ideias. Na época da Revolução Francesa, o conceito de ideologia começou a ser utilizado com o significado de “estudo das ideias”, estudo que visava fundamentar o modo particular de pensar dos seres humanos. Muito tempo depois, os estudos de Marx e Engels (1993) sobre ideologia, igualmente visavam identificar uma explicação para o surgimento das ideias e da consciência, mas buscavam compreender a origem social dessas ideias. Ao entender que as relações sociais são os principais fatores na construção do pensamento humano, entende-se, conseqüentemente, que não há consciência livre do espaço social onde está inserida. No sistema econômico capitalista, portanto, as relações compõem a ideologia de uma sociedade está diretamente ligada à produção de bens e mercadorias.

Segundo Hall (2010, p.19),

As ações humanas são guiadas por normas no sentido de que, quando fazemos alguma coisa, temos de ser capazes de prever seus fins ou propósitos, de modo a alcançá-los. E o nosso modo de fazer isto é guiado inconscientemente pela nossa compreensão de “como tais coisas são normalmente feitas em nossa cultura”.

O conjunto de regras que determina qual é o jeito de se fazer ou pensar determinado ato ou situação em nossas culturas, é o princípio básico de nossas ideologias. Cabe aqui uma reflexão que pense a respeito do conceito de “cultura” e “ideologia” a partir da conexão de ambos com o conceito de “civilização” e com a organização social como um todo. Segundo Williams (1979, p. 22):

É muito difícil distinguir esse novo senso secular de “civilização” de um senso igualmente secular de “cultura” como uma interpretação do desenvolvimento humano. Cada um deles foi uma ideia moderna no sentido de que ressaltou a capacidade humana não só de compreender, mas de construir uma ordem social humana.

Porém, Williams (1979, p.24) também alerta para as ocorrências degradantes que a ordem social ideológica e cultural “civilizada” desencadeou ao longo da história da humanidade: “ “Civilização” produziu não só riqueza, ordem e refinamento, mas como parte do mesmo processo, pobreza, desordem e degradação”. A fundamental associação de “cultura” com o conceito de “ideologia” nos faz refletir e entender que, se o modo de agir das pessoas é inconscientemente guiado pelas normas culturais, ele é também, necessariamente guiado pelas normas ideológicas, como a religião, exemplo.

A categoria “Ideologia” do Ciclo de Regulação da Cultura englobará todos os elementos que constroem as complexas redes de ideias no contexto da sociedade contemporânea. Sua função será também, a de identificar as facetas manipuladoras e reguladoras na disseminação ideológica, além de refletir sobre os efeitos e danos da contraposição e enfrentamento de ideologias opostas inseridas na mesma sociedade. Segundo Martino (2009, p.66) “Os proletários são levados a compartilhar ideias, valores, projetos e

expectativas que não são do seu interesse, mas, ao contrário, auxiliam a classe dominante a manter sua dominação.” Obviamente, é de interesse da ideologia dominante criar o consenso entre as diferentes partes da sociedade. A composição desses conjuntos de ideias corrobora com a retroalimentação do Ciclo, numa espécie de simbiose cíclica.

### **3. ANÁLISE CULTURAL MIDIÁTICA DA REGULAÇÃO DA CULTURA**

A análise cultural midiática que realizamos a partir do que nos traz Williams (1995) na obra “El analisis de la cultura” se dá através de exemplos que adequamos às categorias do Ciclo de Regulação da Cultura. Uma análise cultural ideal, que é ampla e abrangente nos permitirá visualizar a maneira como as interfaces de cada situação específica se inter-relacionam diante dos contextos debatidos. A análise faz o esforço de separar os processos por categoria, citando obras dos autores apontados como referências para esta monografia, para que possamos enxergar com mais clareza a ocorrência dos procedimentos dentro do protocolo analítico. Porém, na prática, as relações entre os eixos acontecem de forma simultânea, e na maior parte das vezes torna-se difícil mensurar o tamanho da influência de cada variável no todo da regulação da cultura, havendo muitas questões subjetivas. Isso não significa que fazemos este esforço em vão, pelo contrário, admitir a complexidade desta temática que nos propomos a debater parece ser o único caminho para que tentemos vislumbrar alguma lógica nos fatores que buscamos criticar e repensar. Assim, evitando que cheguemos a conclusões reducionistas e precipitadas, impedindo que sejamos envolvidos pelo mesmo ciclo que queremos repreender.

#### **3.1. Do Estado: o papel do Estado no contexto cultural brasileiro**

A análise a partir da presente categoria do Ciclo de Regulação da Cultura se valerá de artigos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, para debater o papel do Estado no contexto cultural brasileiro. Tendo em vista que discutir toda a legislação cultural de um país exigiria muito mais do que apenas um eixo de análise de um circuito metodológico, e que nossa intenção não é fazer desta a questão central do trabalho, examinaremos os Artigos 215 e 216 da Constituição e seus desdobramentos sociais como meio de exemplificar o tipo de discussão e questionamentos que podem ser

levantados a partir deste eixo específico do Ciclo de Regulação da Cultura. Apesar de, neste momento, fazermos uso de exemplos de uma legislação especificamente da República Federativa do Brasil, nossa intenção é a de demonstrar que este modelo de análise poderá ser realizado para observar e criticar as leis e responsabilidades de qualquer tipo de Estado no que diz respeito ao âmbito cultural.

A seguir, seguem os Artigos 215 e 216 do Capítulo III da Constituição Da República Federativa do Brasil de 1988, na íntegra:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CAPÍTULO III - Da Educação, da Cultura e do Desporto  
Seção II - Da Cultura

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

- I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- II - produção, promoção e difusão de bens culturais;
- III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- IV - democratização do acesso aos bens de cultura;
- V - valorização da diversidade étnica e regional.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.



§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I - despesas com pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida;

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.

Através destes dois artigos da Constituição Federal, o Estado brasileiro assume seu dever regulador e se coloca como responsável por uma série de medidas e necessidades a serem exercidos na esfera cultural. Cabe aqui fiscalizar o cumprimento rigoroso de tudo o que está proposto e determinado na Constituição, além de indagar qual a probabilidade de execução plena de Artigos como estes no modelo de sociedade contemporânea em que vivemos. Ao identificar que determinado fragmento não se dá na prática da mesma forma como está colocado na teoria, é essencial compreender até que ponto existe autonomia por parte do poder público em cumprir com o que propõe, sem depender de outros fatores externos. É preciso que percebamos, em cada caso, quais fatores externos são esses, para diferenciarmos o modo como o governo, algumas vezes, se torna um refém impotente do sistema vigente, e como em outras oportunidades, “lava suas mãos” propositalmente para manter seus próprios interesses e dos grupos que apoiam a sua liderança.

Hall (1997, p.16), por exemplo, ao abordar o tema da regulação da cultura, realiza uma apreciação sobre a função reguladora do Estado e sua relação com a liberdade econômica e a crescente de ideologias conservadoras:

Na esfera econômica, predominam, como mecanismos de controle preferidos, o recuo do Estado e o avanço da livre iniciativa. Em outras áreas, tem havido um forte movimento conservador de cunho social e moral que está levando o Estado a uma função reguladora.

Se conseguirmos admitir que, nesta situação, a mídia é a grande responsável por disseminar o que Hall (1997) chama de “forte movimento conservador de cunho social e moral”, teremos então, em um simples exemplo

da função do Estado como regulador cultural, a demonstração de sua conexão fundamental com as outras três forças do Ciclo de Regulação da Cultura. O Estado abre mão de controlar a esfera econômica, permitindo o avanço da livre iniciativa (Capital). Os meios de comunicação (Mídias), por sua vez, reforçam valores sociais (Ideologias) conservadores, como a necessidade de manutenção do capitalismo, fazendo pressão para que o Estado incentive a sustentação desse sistema.

Tomando agora como exemplo o trecho da Constituição Federal do Brasil que determina que uma tarefa da implantação do Plano Nacional da Cultura será a de garantir a “democratização do acesso dos bens da cultura”, façamos a seguinte reflexão: é possível num país como o Brasil, onde megaempresas de iniciativa privada de comunicação como a Rede Globo e suas afiliadas monopolizam quase a totalidade do meio televisivo, jornalístico e de entretenimento nacional, que o Estado dê conta de garantir a democratização do acesso aos bens culturais? E ainda: tendo em vista a dimensão do poder regulador dessas instituições sobre a opinião pública, é interessante para o governo, que é eleito pelo voto da população, confrontar essa mídia, se colocando em uma posição que daria a possibilidade da imprensa atacar e depreciar o Estado constantemente como bem entendesse? É possível fazer isso sem regulamentar, na lei, o poder das empresas de comunicação e a elas impor limites? Vale também mencionar - mesmo que não aprofundemos a discussão nesse ponto, porque entraríamos em um mérito jurídico o qual não pretendemos tratar -, que é sabido que no Brasil, diversos membros do Congresso Nacional são também proprietários e sócios de organizações midiáticas, e dessa forma, contrariar os interesses da imprensa seria contrariar os interesses deles mesmos.

Hall (1997) diz que é muito comum que cultura acabe sendo deixada à autorregulação das próprias autoridades da TV, resultado do gosto pessoal de pessoas que controlam e possuem as maiores empresas de mídia do mundo, exposta ao jogo livre das “leis” do mercado. A força econômica e política exercem influência sobre a cultura, que não é recíproca, por mais que a cultura influencie economia e Estado em “determinado” momento. Quando se fala em regulamentação da mídia, normalmente a contraposição apresentada pelos defensores da mídia hegemônica e da “liberdade” do mercado se concentra em

produzir argumentos que ressaltem que a tentativa de limitar o monopólio midiático é, na verdade, uma atitude contrária à liberdade de expressão. A discussão sobre até que ponto a desregulamentação comunicacional resulta na liberdade de expressão, e não na privação da população de receber informações de fontes alternativas às dominantes, será mais bem debatida na análise da categoria “Mídias” deste trabalho.

Ao utilizar um exemplo da história moderna britânica, Stuart Hall (1997, p. 17) comenta o papel do Estado em diferentes âmbitos da vida social da população, comparando a situação de seu exemplo com a época em que escreveu a obra referenciada. Apesar de essa crítica ter sido feita há mais de dezessete anos atrás, seu argumento pode ser utilizado para refletir o cenário da sociedade brasileira atual com muita naturalidade.

Realmente, parece que o Thatcherismo, por exemplo, visava *tanto* a desregulação da economia em relação ao Estado, *quanto* a retomada da regulação da moralidade nas relações com o mercado — do mesmo modo que, na era vitoriana, esperava-se que o “herói” empreendedor vitoriano de classe média *tanto* obtivesse o seu sustento e o de sua família no mundo competitivo dos negócios, *quanto* alimentasse o seu lado doméstico e paternal na esfera benevolente de sua vida privada, da família, do calor e do lar patriarcal. O que fez esta combinação aparentemente contraditória “funcionar” foi a *articulação* entre os modos diferentes de regulação aplicados a duas esferas relacionadas, complementares, mas diferentes. Algo semelhante pode estar ocorrendo agora, embora as contradições entre os discursos da “liberdade e escolha” e da “disciplina e restrição” produzam sérias e flagrantes disjunções na vida cultural.

A interferência do Estado em questões econômicas e da vida privada da população pode ser vista ingenuamente como contraditória, ou analiticamente como estratégica. Assim como talvez, seja muito conveniente a ausência de questões do mercado e de valores familiares, da definição que o Artigo 216 da Constituição Federal do Brasil faz do “patrimônio cultural brasileiro”, patrimônio este que o Estado se compromete a zelar sob todas as circunstâncias e proteger de qualquer dano através de punições da lei.

### **3.2. Das Mídias: o monopólio midiático**

A função social da mídia é a de informar os cidadãos. No meio cultural, o papel das mídias é o de permitir que toda ação social seja legítima, assim consentindo e colaborando com a legitimidade de todas as culturas. A função de produtora cultural das mídias deve ser uma consequência dos processos sociais, da utilização das ferramentas disponíveis e da circulação de conhecimento de um povo, e não uma imposição ou a única opção possível. Quando possuímos apenas uma única fonte de informação sobre o que acontece ao nosso redor, estamos sempre sujeitos à visão de mundo daquela fonte que nos fornece as notícias e produz o que se recebe como conhecimento. Não se pretende dizer que a recepção das informações é passiva e tudo que é dito por determinada mídia é aceito sem nenhuma contestação pelo público, mas o poder de persuasão e de manipulação da imprensa não pode ser minimizado. Além de não podermos ignorar a tensão entre a defesa do interesse público, que deveria ser tarefa da mídia, e o que de fato a mídia acha que é interesse do público.

Stuart Hall (1997, p.3), ao analisar a relação da grande mídia britânica, com o que se concebia como produção cultural no seu país no final dos anos noventa chegou a uma conclusão:

É, de fato, difícil negar que o crescimento das gigantes transnacionais das comunicações, tais como a CNN, a Time Warner e a News International tende a favorecer a transmissão para o mundo de um conjunto de produtos culturais estandarizados, utilizando tecnologias ocidentais padronizadas, apagando as particularidades e diferenças locais e produzindo, em seu lugar, uma 'cultura mundial' homogeneizada, ocidentalizada.

A influência do monopólio midiático na produção cultural pode ser gigantesca e perigosa, e era para a consolidação dessa situação na cultura britânica que Hall alertava o seu leitor. O monopólio midiático se dá quando um mesmo tipo de mídia domina a maioria esmagadora do espaço de circulação de informação ou de um meio de comunicação numa sociedade. O monopólio ocorre mesmo quando diferentes organizações, de diferentes proprietários, mas com a mesma conduta ideológica de reforçar o padrão hegemônico,

controlam a maior parte da distribuição de conhecimento e entretenimento de uma população. Receber a mesma mensagem por canais diferentes não altera o conteúdo da mensagem. Ao trazer a discussão para o contexto da sociedade brasileira, frequentemente pondera-se sobre a Rede Globo da mesma maneira que Hall (1997) citou empresas como CNN e Warner na Inglaterra. Para fornecer outro exemplo extremamente atual da sociedade brasileira, analisemos uma situação em que a presença massiva da imprensa dominante nos lares da maior parte da população do país possivelmente é capaz de influenciar a perspectiva do povo a respeito dos fatos reais, ou da relevância de diferentes fatos:

No dia 05 de novembro de 2015, na cidade brasileira de Mariana, no Estado de Minas Gerais, duas imensas barragens de uma empresa privada, contendo um “mar de lama” romperam-se e provocaram uma imensa tragédia, danificando um grande patrimônio natural e afetando a vida de milhares de brasileiros que tiveram suas casas soterradas e terão graves problemas de saneamento básico por anos em razão deste drama ambiental e social. A mídia brasileira então, composta por empresas privadas que operam em canais disponíveis por concessão pública dada pelo Estado, realizou uma “tímida” cobertura do ocorrido. Definitivamente o Brasil não parou em razão da tragédia mineira, e em alguns dias pouco se ouvia a respeito disso nas conversas informais da população e nos noticiários.

Logo mais, em 13 de novembro de 2015, oito dias após o rompimento das barragens, um atentado terrorista em diversos pontos da cidade de Paris, na França, resultou em mais de 100 mortos e uma enorme quantia de feridos. Naturalmente a maior parte da imprensa brasileira noticiou o fato com ampla cobertura no dia do acontecimento e também no dia seguinte. Porém, a comoção da imprensa prosseguiu e atingiu um nível de cobertura de “Copa do Mundo” no país do futebol, como se algo realmente tenebroso estivesse acometendo diretamente à população brasileira, em detrimento de sua situação nacional. A batalha contra o terrorismo estava em todos os noticiários de televisão, rádio ou jornal, até mesmo com intervenções estratégicas nos programas de entretenimento. A imprensa brasileira exigia que os culpados pelos atentados de Paris fossem punidos.

O que explica esses fenômenos? O fato de a empresa responsável pelo problema com a “avalanche de lama” ser extremamente influente no cenário político e econômico do país e talvez, por isto, fosse pouco interessante denegrir a imagem de uma instituição deste porte? Quem sabe o objetivo fosse chamar a atenção do público para acontecimentos de fora do seu território e diminuir a inconformidade com um péssimo evento de poderosos acusados? Além dessa série de questionamentos, é curioso observar que a “guerra ao terror” é um dos mandamentos primordiais das ideologias capitalistas atualmente, incluindo as grandes organizações do ramo dos meios de comunicação, que lucram intensamente com a lógica desse sistema. Uma lógica ocidental e homogênea, de modo a ser muito importante a solidariedade absoluta para com outra nação ocidental e capitalista, diante da ameaça oriental e de cultura totalmente distinta. De modo algum argumentamos em favor de qualquer ato terrorista ou violências, apenas analisamos essa circunstância tentando compreender qual tragédia naturalmente deveria receber maior atenção da imprensa brasileira devido a uma influência real na vida das pessoas, e em qual dos crimes a mídia de fato poderia exercer alguma pressão para que se punissem os culpados. Não sejamos ingênuos de enquadrar apenas “ocidentais” como heróis ou vítimas e “orientais” como vilões ou culpados. A realidade pede uma leitura contextual não só do ponto de vista político ou econômico, mas histórico e social também. Portanto, cientes disto é que oferecemos uma primeira ponderação.

A partir do exemplo, podemos perceber a interação entre Ideologia, Mídias, Capital e Estado, regulando a opinião pública da população e a sua noção de cultura. Neste caso, as redes sociais e a Internet desempenharam fundamental função de ser um diferente espaço de discussão que possibilitou que a mesma crítica feita pelo trabalho fosse também debatida, inclusive com uma série de ironias a respeito da ação da mídia nacional.

Além de tudo que já se citou na análise desta categoria do Ciclo de Regulação da Cultura, fatores como o monopólio midiático, a existência de *gatekeepers* modernos e o “Efeito de Enquadramento” podem explicar algumas condições as quais estamos acostumados a conviver. O *Framming Effect* (enquadramento) diz respeito ao modo como as informações são apresentadas pela imprensa aos públicos, a mídia seria capaz de determinar diretamente na

maneira como as pessoas assimilam uma informação, a partir do modo como constrói a mensagem, deixando margem para um único viés interpretativo. Segundo Martino (2009, p.43) “A informação parece “correta” ou “verdadeira” na medida em que os esquemas mentais do público usados para compreender aquela informação são em boa parte originários daquela própria mídia”. A Teoria do Enquadramento, porém, não influencia apenas os receptores a pensarem todos do mesmo jeito, ela mostra que, a longo prazo, a própria mídia tende a ver as coisas de maneira semelhante.

Ao pensarmos no formato de imprensa e jornalismo que estamos habituados, percebe-se que no plano da realidade, ocorrem muito mais acontecimentos do que as mídias são capazes de analisar e tornar notícia. O que separa então o que é relevante do que não é, o que merece a atenção dos noticiários e o que é dispensável? Em 1950, de acordo com Martino (2009), o pesquisador norte-americano David M. White realizou o primeiro estudo a respeito da seleção de notícias. A dinâmica seria regulada pelo que ele denominou como *gatekeeper*, o “guarda do portão”, pessoa responsável por definir que informação estaria apta entrar em um grupo. O profissional da mídia, ao selecionar as informações que considera válidas ou dispensáveis, utiliza da sua posição teoricamente isenta para fazer uso estratégico da comunicação. A informação digna de ir a público gera uma ação, enquanto a que não foi selecionada jamais existirá socialmente. Isso dá uma enorme possibilidade para que a realidade social que a mídia define seja uma visão parcial de mundo, e tendenciosa de acordo com os interesses dos agentes reguladores.

Exemplos como o efeito do enquadramento e o monopólio midiático são totalmente prejudiciais à pluralidade social de um povo. A diversidade cultural precisa encontrar espaço nos meios de comunicação de massa, e é com base nessa afirmação que se constroem os argumentos contra hegemônicos com relação à mídia, visando sua democratização e espaços para a circulação de mensagens alternativas. Segundo Martino (2009, p.59) “Habermas questiona até que ponto a dependência entre as empresas de mídia e os grupos privados responsáveis pela publicidade não destrói as possibilidades democráticas dessa mídia”. De fato, a esfera pública, pode acabar deixando de ser um lugar autônomo para ser regida pelas regras do mercado, estabelecendo-se uma

mídia comercial e uma comunicação como objeto que prioriza o lucro e interesses políticos em detrimento da qualidade comunicacional. Esta discussão pode ser vista como um enorme paradoxo no que diz respeito à Comunicação Social no Brasil, o fato um direito público ser controlado por empresas privadas.

Gramsci (1999) pensa a mídia vinculada com a formação de uma visão de mundo. Para o autor, os meios de comunicação ajudam a formar as estruturas de ação do senso comum. Martino (2009, p.70) apresenta uma definição para o senso comum citado por Gramsci:

[...] senso comum é o repositório de saberes acumulados tradicionalmente por um povo, onde se misturam conhecimentos científicos, tradições, crendices, mitos e a aprendizagem formal, escolar, bem como as informações trazidas pela mídia. O senso comum é histórico, mas se apresenta como se fosse criado do nada. Ninguém, a princípio, discute o que é evidente – e o senso comum procura se apresentar como sendo de tal modo evidente que qualquer questionamento mais profundo chegaria às fronteiras do absurdo e do bom-senso.

Diferentemente de outros teóricos da comunicação que prognosticam um controle autoritário, Gramsci (1999) compreende o relacionamento entre a sociedade e a mídia como um processo de articulação cultural, no qual as instituições disputam a hegemonia das concepções de mundo, o senso comum. Apesar de questionar a simplória premissa de dominação completa por parte dos meios de comunicação, o autor não nega, e é de fato inquestionável, a capacidade dos mesmos em construir e desconstruir o senso comum das populações constantemente. Neste cenário, é louvável o avanço da tecnologia no sentido de permitir que nem todas as informações que circulam na sociedade precisem necessariamente ser aprovadas pelo filtro regulador das mídias hegemônicas.

### **3.3. Do Capital – o “livre” mercado cultural contemporâneo**



A análise cultural atinge nesse momento, um evidenciado ponto entre os componentes do Ciclo de Regulação da Cultura. Como praticamente todas as ações e hábitos sociais, de alguma maneira se relacionam ou necessitam em algum momento, de capital financeiro para concretizar-se, torna-se cada vez mais difícil que os valores morais não sejam afetados por essa lógica capitalista, e que as necessidades consideradas mais fundamentais não se alterem em função do que está na “moda”. Além disso, tendo em vista o sistema vigente, as organizações que detêm a maior concentração monetária, conseqüentemente, detêm o maior poder sobre a produção cultural.

A ideia de uma cultura totalmente conectada às mercadorias ganhou força principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando o “sonho norte-americano” e o liberalismo financeiro passaram a assumir papel central nos objetivos de vida de grande parte da população mundial. A primeira vista, não é de se admirar que as pessoas almejem a possibilidade de adquirir produtos que desejam com uma moeda de troca conquistada com o esforço de seus trabalhos, pelo contrário. O problema consiste no sistema exploratório e doentio que reside nas entrelinhas dessa lógica, um sistema que permite enormes desigualdades entre os grupos que compõe a sociedade, faz com que as organizações produzam mercadorias que estraguem e se tornem obsoletas rapidamente e que tolerou, que com o passar do tempo, a aparência dos produtos adquiridos pelas pessoas tenha tornado-se muito mais importante que o conteúdo dos mesmos.

O conceito de vitrine é um exemplo que ilustra bem a questão do valor de imagem de um produto capitalista. Na vitrine de uma loja, não se expõe qualquer mercadoria, ela deve ser bonita. Não basta o valor de uso, o produto não vale apenas por si mesmo, ele deve ter uma imagem, um valor estético. Martino (2009, p.56), ao lembrar um trabalho inacabado de Walter Benjamin e a relação mercadoria-imagem destaca:

O valor de imagem da mercadoria é o caminho para sua divulgação em massa pelos meios de comunicação. A posse da mercadoria está vinculada a uma série de satisfações do imaginário, é um objeto dotado de alta carga simbólica – o “sonho de consumo”.

Para compreender a realidade da cultura de massa, e não apenas negá-la com veemência, é importante reconhecer que existe “atividade” na recepção. Entretanto, uma limitação do pensamento dos frankfurtianos, como Benjamin, foi acreditar que a receptividade era apática, e, portanto, isso excluía qualquer visão otimista que buscasse uma mudança nos cenários criticados. O capital simbólico pode ser muito mais do que apenas um “sonho de consumo”, suas subjetividades incluem uma infinidade de possibilidades que se tornam incompreensíveis para os que não escapam de um certo determinismo.

É importante notar que a liberdade financeira que o mercado propõe, na verdade, pouco tem de liberdade. Outro fator a se considerar neste cenário mercadológico é a necessidade da existência de mão de obra barata, para que a relação oferta x demanda possa ter um custo benefício que interesse à iniciativa privada. A liberdade financeira acaba por escravizar um número incontável de pessoas de países pobres – e não somente em países pobres - e em vulnerabilidade social, principalmente crianças, que trabalham para multinacionais irregular e incansavelmente, sem remuneração adequada, ferindo legislações e preceitos éticos. Além disso, é recomendável destacar que essas pessoas só estão em tais situações de fragilidade devido a uma desigualdade criada em função do próprio capital. Essas pessoas acabam sendo abusadas e oprimidas duplamente por esse tipo de processo, pois se veem obrigadas a dar todo o seu esforço, saúde e tempo de vida em troca de uma “porção miserável” do artigo que a escraviza, e que ela gera em massa para o seu empregador. Esse modelo de prática ignora a cultura local dos povos completamente. De igual modo, outros sistemas podem tolher a liberdade de seus cidadãos, criando outras formas de servidão, porém, nosso objetivo neste momento é estar atento ao sistema vigente.

Analisemos também mais um ponto relevante sobre o modo de produção cultural capitalista. Neste momento, julguemos por produção cultural não apenas as produções artísticas e eruditas, mas também a produção de qualquer produto que possa ser comercializado. Embora nada haja de letrado sobre diversos artigos que são feitos para venda massiva, o consumo massivo destes produtos é, em grande medida, cultural no capitalismo, é ideológico. Pode surgir então uma importante dúvida no que diz respeito à produção e negociação desses produtos numa era repleta das mais eficientes tecnologias:

*por que as pessoas continuariam a comprar objetos que elas já possuem?* Porque eles estragam, são programados para isso. O efeito que podemos chamar de “obsolescência programada” consiste neste processo, que as mercadorias falhem e tornem-se obsoletas com velocidade, para que objetos mais inovadores possam estar disponíveis no mercado. Além de ser um processo ilógico do ponto de vista do bem comum e praticamente inconcebível, despenderiamos um capítulo inteiro desse trabalho se fôssemos listar as consequências devastadoras ao meio ambiente do planeta que são causadas em função dos recursos naturais gastos para a continuidade desse procedimento perverso. Tudo isso ao preço de sustentar a manutenção da hegemonia na sociedade e a distribuição desigual de riquezas, o que é fundamental para esse sistema funcionar.

Um dos pilares do sistema capitalista é a indústria cultural, combinando-se com o assédio que sofrem a mídia e o Estado por parte da iniciativa privada. Em função do conjunto de ideias e valores que uma pessoa acredita, ela sofrerá determinado grau de influência pelas ofertas do mercado. Um cidadão que guia suas ações com base numa ideologia semelhante à da mídia dominante, ou que em razão desta mídia, e considera que o modo de vida capitalista é o mais adequado, é o alvo perfeito para os pensadores da indústria cultural comercial e para a consolidação de suas ideias. O que comprova a análise cultural da regulação deste meio baseado na relação entre os eixos do Ciclo de Regulação da Cultura.

Assuntos sobre adaptação e destruição cultural têm tornado-se frequentes nas análises culturais, em razão das apropriações feitas para transformar determinado bem cultural em cultura de massa. Martino (2009, p.51) afirma que “Os mecanismos de apropriação da indústria cultural atuam no sentido de adaptar elementos culturais o quanto for necessário em nome do sucesso imediato”. Quando um livro clássico é transformado em filme, por exemplo, personagens coadjuvantes do livro podem tornar-se protagonistas no cinema, devido a fatores como sua atuação pessoal, ou para deixar a história mais atrativa aos olhos do público. São raros os casos em que os fãs mais assíduos das obras literárias aprovam a trama apresentada em forma de filme, principalmente porque normalmente o que se mantém é o enredo central, mas modifica-se boa parte do contexto que envolve tal enredo. Desta forma, uma

pessoa pode acreditar que “conhece” algum determinado clássico da literatura por ter assistido a sua versão audiovisual, mas na realidade o que ela assistiu foi apenas um esboço daquela obra, praticamente uma paródia em algumas oportunidades. Banaliza-se a cultura original em função do imediatismo do reconhecimento monetário e midiático. É possível identificar outros exemplos muito comuns também de descaso com a originalidade dos produtos pela indústria cultural, como na música e nas obras de arte. Versões encurtadas e *remixadas* de sinfonias de antigos músicos clássicos, produzidas para o rádio ou para festas. Ou então, no caso de uma obra de arte reconhecida, uma pintura, que se torna figura para personalizar chaveiros, camisetas ou qualquer artigo que remeta ao original, mas sem conter a “aura” que o artista destinou àquela obra única. Martino (2009, p.55) diz que “A noção de “original” se perde com a Modernidade junto com a perda da aura. A experiência cotidiana, na Modernidade é mediada pela reprodução técnica. Em outros termos, pela cultura de massa”.

É importante perceber e não ignorar que nesses exemplos que citamos sobre apropriação cultural e perda da originalidade, analisando pela perspectiva das pessoas que consomem esses produtos “modificados”, eles são cultura, e a obra anterior pouca importância tem, por não fazer parte da sua realidade. Isso se dá em função não apenas do *status* comercial dos produtos, mas também pelo capital simbólico presente em cada artigo. Em cada realidade, diferentes tipos de práticas são valorizados, os valores e modos de agir são representações específicas daquele meio, seu capital simbólico é único e não deve ser julgado.

Não se critica aqui então, as pessoas que consomem as apropriações culturais, mas sim a indústria que dissolve o gosto pessoal e a transforma em uma imposição simbólica de prática coletiva, com o objetivo de ganhar dinheiro com esse processo, não em vista de espalhar a cultura em um formato mais acessível. Há de se ponderar que esta também é uma forma de dar acesso a partes da população a obras que talvez, se não fosse neste formato, elas desconheceriam. Cremos também que seja evidente que o audiovisual e outros formatos possam sim trazer conhecimento, ampliar os horizontes do espectador e provocar mudanças, não cairemos no simplismo de acreditar apenas numa concepção erudita de cultura. O que se critica, mais

especificamente é a finalidade com que a indústria se apropria e transforma os bens culturais, não os bens geados em si.

A divisão da sociedade contemporânea em “classes sociais”, mesmo que muitas vezes mascarada, aponta para uma necessidade básica da lógica do capital. O capitalismo necessita de diferença para prosperar, as pessoas precisam ter condições financeiras distintas para que as ofertas do “livre” mercado cultural façam sentido. Não falamos aqui apenas na desigualdade material, através da posse de mercadorias, mas também de toda a carga emocional e subjetiva que está por trás de tamanha disparidade, e gera um turbilhão de problemas sociais, como a defasagem da educação e a violência.

Com o objetivo de escapar de uma crítica inteiramente pessimista, é válido que observemos os espaços de mudança disponíveis nesta categoria. O principal deles parece ser a consciência. Ter a noção de que o capital simbólico pode ser tão, ou até mais precioso quanto o financeiro, é imprescindível para a saúde social de um grupo. É difícil pensar em uma saída diferente da de conscientizar o maior número possível de cidadãos, inclusive os situados em posição de poder, de que as barbáries contra o meio ambiente e a espécie humana, cometidas em função do lucro monetário, não compensam.

### **3.4. Da Ideologia: o “bem” e o “mal” - ódio e preconceito**

Chegamos então ao último tópico de análise deste trabalho. Concretiza-se uma apreciação sobre a regulação da cultura, a partir da perspectiva das ideologias existentes na sociedade contemporânea, relacionando-as com os outros componentes do Ciclo de Regulação da Cultura. Por se tratar do conceito mais amplo entre os quatro eixos de exame do circuito desenvolvido, não fazemos o esforço de limitar a ideologia a uma definição fechada, que limite nossa análise. Partamos da concepção de ideologia como “conjunto de ideias” que possivelmente guiam as ações de um grupo.

As normas ideológicas que movem a conduta das pessoas podem ter diversos cunhos: políticos, econômicos, religiosos, etc. Entretanto, dificilmente esses campos distintos não se relacionam e influenciam uns aos outros numa

formação ideológica. Por exemplo, é mais comum que um cidadão que crê em uma política neoliberal simpatize mais com o sistema capitalista do que com o comunismo. É raro o indivíduo que pratica a religião budista e tem um grande apego ao acúmulo de capital financeiro e bens materiais. Se pudermos afirmar que o apego ideológico altera o modo como as pessoas veem o mundo ao seu redor e as concepções do que é certo ou errado, podemos admitir também que essa visão de mundo torna-se uma prática cultural dentro de um grupo, com o passar do tempo.

O “efeito do enquadramento” pode expor claramente a ligação entre a mídia e a construção de ideologias em uma sociedade. Na medida em que as mensagens que circulam são todas enquadradas de forma a deixar margem para apenas uma interpretação da realidade, qualquer tipo de conjunto de ideias que se intencione passar a uma população acabará sendo reforçado pelo que as próprias pessoas absorvem das informações que recebem. Segundo Martino (2009, p.44) “A rigor, qualquer proposição pode assumir um caráter de crença quando deixa de ser vista como uma ideia e passa a ter o caráter de “verdade” ”.

A partir do instante em que os indivíduos consideram que suas crenças são verdades absolutas, essas certezas tornam-se elementos ativos e decisivos na formação de suas identidades. Portanto, ao ofender qualquer um desses elementos, ou negá-los, ofende-se também todo o grupo de pessoas que assume essas ideias como parte de si, o insulto torna-se assim pessoal, o que não raramente desencadeia sérios tipos de conflitos. Martino (2009, p.44) pensa que “A relação do indivíduo com suas representações estão ligadas ao grau de certeza e mesmo à afetividade relacionadas com suas crenças”.

Examinando um exemplo atual da sociedade brasileira, é factível reconhecer que principalmente após as eleições presidenciais em outubro de 2014, entrou em curso uma espécie de “guerra ideológica” entre diferentes grupos no país, que buscam que a sua concepção de verdade seja aceita por toda a sociedade. A divisão, que não é puramente política, envolve fundamentalmente as classes sociais, começou a tornar-se evidente quando o segundo turno definiu a disputa entre um candidato de “direita” (Aécio Neves – PSDB), contra a então presidenta do país (Dilma Roussef – PT), uma mulher, de um partido de “esquerda”, porém rodeado de alianças com grupos direitistas

e o empresariado. Após a vitória da candidata à reeleição, que teve, coincidentemente ou não, grande parte de seus votos conquistados na parte Nordeste do Brasil, uma parte da população brasileira, principalmente dos estados localizados mais ao sul geograficamente, passou a proferir ofensas repletas de ódio e extremamente preconceituosas pelas redes sociais e outros meios contra os nordestinos. Porém, essa parcela da população não representava todos os eleitores do outro candidato, que passou a ser generalizada, e posteriormente generalizar o outro lado. Pronto, estava formado um enorme conflito ideológico repleto de odiosidade e preconceito no Brasil, tendo como grande palco a Internet, mas fomentada diariamente pela grande mídia que percebeu o potencial de lucro que todo aquele fanatismo poderia gerar. Mais do que simplesmente e unicamente o lucro, o posicionamento da imprensa hegemônica brasileira envolvia uma série de relações de poder e defesas de ideologias.

Aparentemente, apesar de se levar em consideração que, qualquer generalização sempre será injusta com alguma minoria pertencente ao grupo generalizado, parece muito claro que um lado da disputa pregava a fraternidade e condenava a raiva, enquanto outro lado ofendia os pobres e condenava o “conformismo”. Entretanto, não era dessa forma que a situação era noticiada pela imprensa hegemônica brasileira. Os fatos eram apresentados de um modo em que a mídia fazia o esforço de, não raramente, regular e direcionar a opinião do seu público, amenizando as ofensas da “direita” e exacerbando os defeitos da “esquerda”. Sendo a principal empresa de comunicação do país uma grande organização dominante, de iniciativa privada e visando lucro, ela se enquadrava ligada aos interesses do empresariado, que em sua grande maioria não mais suportava um partido com prioridades sociais há doze anos no poder. Dessa forma a imprensa posicionava-se também contra o governo, ao ponto de, até mesmo manifestações compostas apenas por pessoas brancas e de elite, que visavam disparar xingamentos raciais e contra uma classe social menos abonada fosse classificada como protestos contra o governo e a corrupção, ou apenas contra a corrupção. De fato, algumas pessoas que queriam ingenuamente que a corrupção fosse dizimada do Brasil também passaram a frequentar esses eventos, fazendo com que mais um grupo fosse anexado e conectado a uma

ideologia, fortalecendo a suposta divisão entre os modos de ver o mundo. Notemos então que até mesmo diferenças que nem mesmo existiam, tornaram-se de fato reais, e dois lados de fronteiras nem tão claramente definidas passaram a não se suportar rapidamente com base na crença em suas ideologias. Martino (2009, p.69) relata que:

Gramsci contrapõe ao poder visível da política a ação invisível da cultura. Um regime político pode ter consequências práticas imediatas, mas a ação cultural pode efetivamente transformar as mentalidades. Não é a sociedade política – os partidos e suas articulações – que constrói o poder, mas a cultura, expandindo o conceito de política como uma luta existente não apenas pelo Estado, mas também pela vida cultural de um povo.

Essa situação é extremamente complexa, seus desdobramentos seguem acontecendo e já ocorriam muitos anos antes das eleições, apenas tornaram-se mais declarados depois dela. Este não foi um resumo do cenário político do Brasil nos últimos anos, mas sim um relato sobre tumultos ideológicos. O caso ainda envolve uma infinidade de fatores como religiosidade, valores familiares, e outros que não chegaremos nem a mencionar, mas serve para ilustrar uma ocasião envolvendo ativamente a Ideologia, o Estado, as Mídias e o Capital, e a maneira como o processo regula o modo de agir e pensar das pessoas através da cultura. Podem-se analisar também os componentes ideológicos e culturais que estarão presente em confronto e guerras até piores.

Gramsci (1999) acredita que o conflito pelo poder passa por uma disputa de mentalidades, de ideias. Não é possível, na visão dele, exercer o poder sem a cumplicidade, mesmo que subliminar, de largas parcelas do povo. E essa articulação se desenvolve na esfera cultural, através do senso comum. O senso comum é visto pelo autor como o mais perigoso instrumento de dominação, pois ele se apresenta como verdade absoluta e qualquer questionamento a ele parece ser ilógico. Martino (2009, p. 70), ao desenvolver essa ideia do senso comum de Gramsci comenta: “A hegemonia está sempre em disputa e nunca é absoluta; é uma situação obtida a partir do controle dos elementos responsáveis pela construção do senso comum”. O senso comum



nada mais é do que um conjunto de ideias que guiam a ações de um grupo, uma concepção que facilmente pode ser tornar ideológica.

Esta dominação por meio do senso comum e do enquadramento da mídia hegemônica não dá espaço para ideologias alternativas, como movimentos sociais, ou pessoas que possuem uma compreensão da vida diferente da maioria, ou do que se recebe como sendo a compreensão da maioria. O conflito entre classes sociais é fomentado pela mídia no sistema capitalista porque é necessário, justamente, que fique bastante visível a fronteira que as separa, para que a luta para elevar-se de classe ou pela manutenção de um lugar favorável nunca cesse. De maneira geral, o conjunto de ideias pelas quais o capitalismo precisa que a sociedade contemporânea seja regulada incentiva o cidadão a trabalhar muito e pensar pouco, buscar sempre mais ganho financeiro e pouco ligar para a paz interior, crer em valores morais conservadores a fim de evitar que o seu espírito questionador seja instigado, e ser extremamente apegado aos bens materiais.

Se os donos das organizações de comunicação de massa têm, em sua grande maioria, diversos motivos para sustentar o modo como as ideologias estão estabelecidas, como pode ser possível construir então, discursos alternativos e disseminá-los na sociedade? A hipótese cultural das estruturas de sentimento, desenvolvidas por Raymond Williams e explicitadas por Gomes (2011), podem iluminar um caminho para transformações. Segundo a autora, com a formulação das estruturas, Williams busca a articulação entre mudança social e mudança cultural. Gomes (2011, p.30) discorre:

Acreditamos que a expressão estrutura de sentimento nasce de um duplo esforço, que tensiona toda a obra de Williams. De um lado, temos o esforço teórico-metodológico de rejeitar o determinismo marxista e empreender uma análise cultural que seja a análise da relação entre os elementos de um modo inteiro de vida; de outro, temos o esforço político de enfrentar o capitalismo: “eu acredito que o sistema de significados e valores que a sociedade capitalista gerou tem que ser derrotado no geral e no detalhe pelos mais sistemáticos tipos de trabalho intelectual e educacional”.

É válido perceber que uma mudança social nunca é parcial: a alteração de um elemento altera o conjunto de um sistema complexo. A organização econômica básica não pode ser separada e afastada de suas implicações

morais e intelectuais, e é sobre essas alterações por meio dos “sentimentos” que buscamos aqui refletir. As estruturas de sentimento presentes em uma sociedade podem ser dominantes, residuais ou emergentes. As estruturas dominantes dizem respeito ao presente, o que é hegemônico em um plano atual, como o que é produzido pela grande imprensa. Os sentimentos residuais são aqueles que já foram dominantes em um dado momento, e ainda têm alguma influência em determinados universos, como alguns valores morais já considerados ultrapassados. E são as estruturas de sentimento emergentes as que permitem uma inovação e a consolidação de novas ideologias na sociedade. Esses sentimentos surgem, conforme algumas estruturas da sociedade se transformam, pela “emergência” em serem aceitos, quase como “tendências”. Podemos analisar exemplos como o combate ao racismo e a homofobia: os discursos contra o preconceito nem sempre estiveram presentes com assiduidade na cartilha de normas de bom senso das populações. Porém, a partir do fortalecimento desses ideais em espaços alternativos como os de alguns movimentos sociais, criou-se uma emergência em aceitar esses discursos como realidade em vários meios acadêmicos e midiáticos também. Quem sabe, com o passar do tempo, esses discursos assumam também um caráter de realidade dentro da maior parte das famílias, e assim tornem-se sentimentos dominantes presentes. Esses exemplos nos mostram como podemos inserir ideologias que defendam o meio ambiente, a igualdade entre as pessoas, uma tolerância maior entre os povos, etc. É através das estruturas de sentimento emergentes que podemos concluir que existem alternativas e soluções quando falamos sobre ideologias.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da regulação da cultura é, de fato, extremamente complexo e abrangente, podendo ser aplicado a inúmeras situações. Na tentativa de realizar uma análise que não regulasse a opinião de quem estiver lendo, tivemos o cuidado de não utilizar a palavra “manipulação” como um sinônimo para “regulação”. Apesar de que, seja necessário reconhecer que há um limiar tênue entre ambos, resultante de uma proximidade dos dois termos, e que os processos regulatórios muito têm de manipuladores, embora não sejam a mesma coisa. Foi curioso perceber que, após ser “manipulado” o público passa a fazer novas exigências e ter novas demandas, a partir da sociedade que se forma a partir do processo inicial de manipulação, dificultando uma análise linear desses processos. Assim, acreditamos que uma figura cíclica realmente elucide os procedimentos examinados.

Ao pensar a cultura como produtora de sentidos também, e não apenas como reprodutora, pelo viés do materialismo cultural de Raymond Williams (1979), pudemos compreender com esta pesquisa, quais espaços de mudança social podem ser promovidos a partir dessa produção de sentidos que a esfera cultural oferece. Nota-se neste sentido, a importância das mídias: os meios de comunicação são os instrumentos mais eficazes que existem para levar uma mensagem até um destino, e não precisam necessariamente estar sempre vinculados a ideologias elitistas. É essencial encontrar caminhos para utilizar as mídias como disseminadoras de discursos alternativos também, promovendo a democracia e a real liberdade de expressão.

Ressaltamos neste momento também, que, apesar de todas as críticas feitas ao sistema capitalista neste trabalho, reconhecemos que algumas organizações e instituições podem sim oferecer contrapartidas interessantes para o trabalhador e uma série de benefícios à sua vida, como planos assistenciais, programas de participação em resultados, 14º salário, etc. Porém a apreciação que fazemos é referente o preço que esse sistema faz com que os cidadãos desafortunados paguem para que seja possível que minorias

possuam uma vida digna, enquanto outros grupos exploram as pessoas e lucram com esse processo. Não se pretende cometer a hipocrisia de condenar todas as pessoas incluídas nesse sistema, ou as que a partir dele buscam uma vida confortável, justa e honesta por meio da remuneração que recebem em seus empregos, nem objetivamos defender ou propor um novo tipo de organização social. Admite-se também que outros modelos de sistema social já causaram inúmeros danos a suas sociedades, e nada de igualitário houve em diversos modelos que pregavam a igualdade, devido principalmente a lideranças extremamente autoritárias e ortodoxas. Porém, falharam também sistemas que tentaram oferecer alternativas ao capitalismo inseridos em um amplo sistema globalizado capitalista, tentando escapar de uma hegemonia quando somente meios hegemônicos são disponibilizados.

É preciso fazer o esforço de pensar ‘fora da caixa’ quando queremos criticar uma situação de hegemonia e somente ferramentas oferecidas pelos meios hegemônicos, via de regra, nos são disponibilizadas. O protocolo analítico ‘Ciclo de Regulação da Cultura’ pode ser utilizado para uma continuidade e aprofundamento dos estudos sobre regulação da cultura, pois não está restrito a um local específico, e as análises culturais através dele devem ser amplas e flexíveis, assim como as que tentamos exemplificar no capítulo de análise. Um raciocínio que resuma a relação entre as quatro “forças” do circuito metodológico desenvolvido pelo trabalho pode ser o seguinte: a democratização das mídias não é apoiada pelos Estados, pois é de interesse do Estado, manter estas mídias em posições hegemônicas, para que defendam seus interesses financeiros e ideológicos. Este, entretanto, é apenas um processo que ocorre dentro do Ciclo, que comporta que se examine uma infinidade outras situações.

A ideia de realizar um trabalho com críticas sociais é a mesma dos autores dos Estudos Culturais: não produzir pesquisas acadêmicas que não alcancem além das universidades. É fundamental utilizar das fontes de conhecimento e desenvolvimento intelectual que uma Universidade oferece para tentar fazer do mundo inteiro um local melhor, e não apenas a realidade em que o pesquisador está inserido. Neste aspecto, esta pesquisa tem a pretensão de deixar um pequeno legado, principalmente por conta da

metodologia autoral desenvolvida, que pode ser utilizada para repensar a relação cultura e sociedade.

Na posição de um comunicador social, com habilitação em Relações Públicas, é preciso ser crítico também com a profissão que se intenciona desempenhar a seguir, visando aproveitar o seu potencial de convencimento em prol de uma sociedade mais justa e igualitária. Se fizéssemos uma retomada histórica, desde o que motivou o surgimento da profissão, perceberíamos que a essência das relações públicas não é a de estar a serviço de toda sociedade, mas sim comprometidas com o capital. Colocando-se assim, a serviço de uma classe e agindo para que suas manifestações em instituições e no Estado intencionem uma hegemonia burguesa. Não julgamos com isso que essa seja a intenção dos profissionais da área atualmente, e nem buscamos generalizar a classe como “corruptora da sociedade”, apenas atentamos para o fato de que inicialmente, a ideia não era utilizar as ferramentas persuasivas e visão privilegiada a respeito dos processos comunicacionais da sociedade para agir de acordo com a responsabilidade social e promover melhorias em todos os níveis sociais. Contudo, inúmeras ONGs, projetos sociais e culturais, e principalmente as instituições aqui mais criticadas por seu potencial regulador, como a mídia e o governo, precisam de Relações Públicas comprometidos com a igualdade e o bem estar social, com a democracia comunicacional e a tolerância perante as diferenças culturais e as minorias. A luta por um mundo melhor passa pela utilização dos mecanismos de Comunicação Social com responsabilidade e integridade.

Uma perspectiva positiva ao se pensar a regulação da cultura da maneira proposta é perceber que, da mesma forma que o Ciclo funciona para a propagação e consolidação de situações de opressão, pelo fato de ser totalmente interconectado, a quebra deste sistema em qualquer um dos eixos poderia desencadear diversos espaços de mudança, resistência ou luta. Ao término, esperamos ter contribuído para uma reflexão que tente fugir de uma lógica parcial, que tende a enxergar a realidade e manipulá-la de forma dicotômica. Cremos que um importante espaço para a construção de discursos alternativos e de críticas embasadas sobre o modo como as coisas estão estabelecidas é o campo acadêmico, por meio de uma monografia por exemplo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

DU GAY, P. et al. **Doing cultural studies**: the story of the Sony Walkman. Londres: Sage, 1997.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Estudos culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (p.133-166)

GOMES, Itania Maria Mota. Raymond Williams e a hipótese cultural da estrutura do sentimento. In: GOMES, Itania Maria Mota; JANOTTI JUNIOR, Jader. **Comunicação e estudos culturais**. Salvador : eDUFBA, 2011. p. 29-48

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Vols. 1, 2, 3 e 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: Thompson, Kenneth (org.) Media and cultural regulation. Inglaterra, 1997. Publicado **Educação & Realidade** com a autorização do autor. Tradução e revisão de Ricardo Uebel, Maria Isabel Bujes e Marisa Vorraber Costa.

JOHNSON, Richard. Estudos Culturais: Uma introdução. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: Silva, Tomaz Tadeu da (org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (p.07-131)

LASSWELL, H.D. The structure and function of communication in society. In: SCHRAMM, W. **The process and effects of Mass Communication**. Urbana: University of Illinois Press, 1957.

MARTINO, Luis Mauro Sá. **Teoria da comunicação**: ideias, conceitos e métodos. 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1993

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Relações públicas no modo de produção capitalista**. 4. Ed. – São Paulo: Summus, 1986.

ROSARIO, Nísia Martins. A via da complementariedade: reflexões sobre a análise de sentidos e seus percursos metodológicos. **Metodologias de pesquisa e comunicação**: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SCHULMAN, Norma. O Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham: uma história intelectual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (p.167-229)

SCHRAMM, W. How communication works. In: SCHRAMM, W. **The process and effects of Mass Communication**. Urbana: University of Illinois, 1954.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

\_\_\_\_\_. **La larga revolución**. Buenos Aires: Nueva Vision, 2003.